



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 44ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

- 2.1 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS



ATAS

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/6/2012

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagem nº 259/2012 (encaminhando o Projeto de Lei nº 3.257/2012), do Governador do Estado – Questões de ordem - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.258 a 3.262/2012 - Requerimentos nºs 3.270 a 3.279/2012 - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado João Leite, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- A Deputada Liza Prado, 1ª-Secretária “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

**“MENSAGEM Nº 259/2012*”**

Belo Horizonte, 13 de junho de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à apreciação dessa Egrégia Assembleia, projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

O crédito suplementar destina-se a cobrir despesas de pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos, e se utilizará de recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos de contribuição patronal e do servidor para o Fundo Financeiro de Previdência – FUNFIP; do superávit financeiro da receita da alienação de bens de entidades estaduais; e do remanejamento de recursos da Taxa de Fiscalização Judiciária, de recursos para cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social e de recursos ordinários do Tesouro Estadual.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente projeto de lei.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 3.257/2012

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$111.237.700,00 (cento e onze milhões duzentos e trinta e sete mil e setecentos reais), para atender a:

I – despesas de pessoal e encargos sociais, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais);

II – outras despesas correntes, no valor de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais); e

III – despesas de investimentos, no valor de R\$3.237.700,00 (três milhões duzentos e trinta e sete mil e setecentos reais).

Art. 2º - Para atender ao disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes:

I – do excesso de arrecadação da receita de Contribuição do Servidor para o Fundo Financeiro de Previdência – FUNFIP -, prevista para o corrente exercício, no valor de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais);

II – do excesso de arrecadação da receita de Contribuição Patronal para o FUNFIP, prevista para o corrente exercício, no valor de R\$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais);

III – da anulação de recursos destinados à Cobertura do Déficit Atuarial Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, no valor de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais);

IV – da anulação de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual, dos Encargos Gerais do Estado – EGE-SEF, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

V – da anulação de recursos da Taxa de Fiscalização Judiciária, no valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais); e

VI – do superávit financeiro de exercício anterior da receita de Alienação de Bens de Entidades Estaduais, no valor de R\$237.700,00 (duzentos e trinta e sete mil e setecentos reais).

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para os fins do art. 204 do Regimento Interno.

* - Publicado do acordo com o texto original.

Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, estou formulando, por escrito, a seguinte questão de ordem a V. Exa. e à Mesa da Assembleia: “Sr. Presidente, formulo questão de ordem questionando a interpretação do § 1º do art. 22 do Regimento Interno para a interrupção das reuniões ordinárias para a realização de homenagens. O artigo citado assim dispõe: 'Art. 22 – A reunião pública ordinária desenvolve-se do seguinte modo: o Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento, poderá destinar a 1ª Parte da reunião ordinária a homenagem especial ou interrompê-la para receber personalidade de relevo'. Interrupções de reuniões ordinárias para a realização de homenagens, previstas no Regimento, são realizadas com muita parcimônia”. Faço um parêntese aqui para dizer a V. Exa. que foi determinado pela Mesa da Assembleia, por seu Presidente, e informado pelo Secretário-Geral da Casa, que essas reuniões só se dariam em torno de duas por bancada, o que seria negociado com a Mesa da Assembleia. Isso no início dessa legislatura. “A orientação recebida pelos líderes de bancada é pela realização de reuniões especiais às segundas-feiras e sextas-feiras, justamente para não comprometer a realização das ordinárias do Plenário. Foi, aliás, determinado pela Casa um número restrito de reuniões especiais para cada bancada. No entanto, homenagens realizadas utilizando-se desse expediente o foram por razões nitidamente institucionais, e mesmo assim apenas cinco este ano, realizadas às terças-feiras ou quintas-feiras. Assim, Sr. Presidente, gostaríamos de saber quais foram os critérios que balizaram a decisão de realizar uma homenagem nesta quarta-feira, dia 13 de junho.” Sr. Presidente, fiz levantamento das reuniões deste ano realizadas com interrupção das reuniões ordinárias, e foram apenas cinco: uma para posse do Deputado Glaycon Franco, o que é institucional; outra para comemoração dos 40 anos do Palácio da Inconfidência, também institucional; uma terceira para o Dia Internacional da Mulher, evidentemente institucional; outra para um ciclo de debates contra a desindustrialização, também de caráter institucional, embora nesse caso tenha havido também uma interferência política, mas vá lá; e a quinta, para homenagear a Defensoria Pública. Apenas esta de hoje é feita a pedido de Deputados, portanto quebra-se toda uma regra e aquilo que foi colocado desde o início desta legislatura. Sr. Presidente, fiz o levantamento também das reuniões do ano passado, e também não houve reuniões às quartas-feiras. Elas foram realizadas sempre às terças e quintas-feiras, para fins institucionais ou fóruns. Nenhuma do tipo da reunião de hoje foi realizada, Sr. Presidente. É claro que esta



reunião tem o seu objetivo, a sua característica política, a sua avaliação política, e foi solicitada por Deputados. No meu entendimento, uma reunião justa, embora contraditória, com diversos pensamentos nesta Casa, que são plurais. A reunião não tinha quórum para ser aberta, e V. Exa. sabe disso. Foi dado o início à reunião com apenas 10 Deputados, e estou aqui com a cópia do procedimento da reunião de hoje. Por fim, Sr. Presidente, gostaria de dizer que se abre agora uma outra linha de argumentação, em que solicitação de reuniões especiais e destinação da 2ª Fase da 1ª Parte da Ordem do Dia podem ser feitas agora por qualquer Deputado, em qualquer dia. Foi assim que o Presidente agiu, fazendo-o agora por interesse evidentemente do governo. Portanto o Presidente atua - e já não é a primeira vez que digo isso - como Chefe, não do Poder, mas como representante político do PSDB e do governo do Estado, e quebra-se assim algo que se coloca como isonomia no Poder Legislativo. Isso é de fato inadmissível, e eu não poderia deixar de fazer esta questão de ordem. Estou solicitando a V. Exa., como Presidente desta reunião, e ao Presidente desta Casa uma reunião também de homenagem às seguintes entidades e às suas novas diretorias: CUT; Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST -; Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética e dos Trabalhadores da Indústria de Gás e Combustível – Sindieletrô -; e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água – Sindágua. Todos esses sindicatos fizeram agora eleições e darão posse a suas diretorias. Gostaria que V. Exa. tivesse a mesma parcimônia que teve com esta reunião de hoje e marcasse uma reunião, a ser combinada, para uma quarta-feira, no mesmo horário, interrompendo a ordem do dia. É o pedido que faço, e o faço em nome da Bancada do PT, mas deixo o meu protesto por se quebrar uma regra estabelecida pela própria Mesa e pelo próprio Presidente, com objetivos nitidamente de favorecer um determinado posicionamento político. Pode ser ele justo, mas não pode ser tido como único e não se pode fazer com que uma regra seja dessa forma descaracterizada. Sr. Presidente, são essas as minhas palavras, e realmente fico indignado quando se faz nesta Casa esse tipo de questão política não combinada, em desacordo com aquilo que se estabelece como regra da própria Casa, em reuniões que sequer tiveram quórum. Realmente é de indignar, porque ficamos aqui fazendo com que haja dois tipos de Deputados, os que são privilegiados por ser do governo ou da Mesa e os que fazem oposição e recebem outro tipo de comportamento. Isso é inadmissível nesta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente – Antes de responder ao Deputado Rogério Correia, quero dizer que não podemos tratar Deputados com desigualdade. Cabe à Mesa tratar todos com igualdade, obedecendo ao Regimento Interno. O requerimento que solicita a interrupção desta reunião é de autoria de três Deputados, membros efetivos da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, a saber, Deputado Bosco, Presidente da Comissão, os Deputados Carlin Moura e Duarte Bechir. Serão homenageados alunos de escolas públicas dos Municípios de São Tiago, Itaú de Minas, Guaxupé, Monte Santo de Minas, Capelinha, Elói Mendes e região de João Monlevade. A definição da data e horário da homenagem dependeu de agendamento com essas escolas, principalmente porque o evento envolve a presença de crianças.

Quanto à questão relativa à interrupção dos trabalhos ordinários para a realização de homenagens, levaremos a sua consideração à Mesa desta Casa para que a responda. Temos um Colégio de Líderes também que se reúne com a Presidência e a Mesa para resolver essas questões. Então, não há privilégio algum aqui. Esta Casa presta homenagem durante todos os anos. Aliás, considero até que há um exagero em homenagens, mas respeitamos todos os colegas. Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, em face da questão de ordem do Deputado Rogério Correia, quero também acompanhar a resposta do requerimento. Acredito que nós, da base de governo, temos de fazer todo o possível para que haja governabilidade. Os projetos devem ser priorizados e votados. Como Deputado da base, temos de trabalhar isso. O Poder tem a sua independência. Nem eu, como Deputado da base, nem o Presidente da Casa, como Deputado do PSDB, podemos mitigar a autonomia que os Poderes guardam e devem trabalhar harmonicamente. Então quero acompanhar também a resposta do requerimento. Na verdade, Sr. Presidente, a minha questão de ordem ocorre por uma questão. Hoje é 13/6/2012, Deputado Dalmo Ribeiro Silva e, no dia 13/6/97, os praças da Polícia Militar saíram às ruas para reivindicar melhores salários, mas, acima de tudo, um tratamento justo, humano e igualitário. Nesse sentido, ocupamos a tribuna desta Casa para apresentar a questão de ordem e dizer que hoje se completam 15 anos do movimento histórico que ocorreu na Polícia Militar de Minas Gerais, na segurança pública do Estado. Tive a honra de dar aqueles passos juntamente com os meus companheiros da Polícia Militar, que mais tarde vieram a ser engrossados com a Polícia Militar e os Agentes Penitenciários. Portanto aquele movimento está completando 15 anos. De lá para cá, graças a Deus, ocorreu muita melhoria. Este Deputado já é autor de 30 leis aprovadas durante esses 15 anos, que, na sua maioria, trouxeram benefícios para a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, os Agentes de Segurança Penitenciária e Socioeducativos e os policiais civis de Minas Gerais. Sr. Presidente, não poderia deixar de citar algumas delas, porque, ao olhar para trás, podemos dar aqui o testemunho de tantos avanços que obtivemos. Naquela época, os policiais passavam fome e extrema necessidade e estavam em estado de penúria e um Soldado da Polícia Militar ganhava aproximadamente de R\$250,00 a R\$280,00. Hoje o piso inicial da carreira de um policial militar e civil e de um Agente Penitenciário e Socioeducativo e de um bombeiro é da ordem de R\$2.245,00. Com uma negociação salarial e um projeto já aprovado e transformado em lei, prevendo um reajuste até 1º/4/2015, chegaremos a um piso inicial na carreira de R\$4.098,00. Há muito o que comemorar nesses 15 anos, em que tivemos a coragem de arrebentar as correntes que nos aprisionavam nos quartéis e marchar rumo à Praça da Liberdade, que para nós, mineiros, representa um simbolismo, um significado extremamente valioso onde fazer as nossas manifestações. Então, é com muito orgulho, honra e coragem que vimos à tribuna dizer que são 15 anos do início do nosso movimento, que é contínuo, não para. Continuamos com a mesma coragem, determinação e garra, perseguindo o reconhecimento de vários outros direitos conquistados ao longo desses 15 anos. Resta-nos ainda a definição de uma carga horária, o adicional de periculosidade e trabalhar incessantemente. Como disse o grande jurista alemão Rudolf von Lhering, a luta pelo direito é incansável. Estaremos sempre presentes, Sr. Presidente, para fazer valer os direitos dos profissionais da segurança pública. Portanto, encerro minhas palavras dizendo que valeu a pena sonhar ao lado dos meus companheiros e sair às ruas em direção à Praça da Liberdade no dia 15/6/97. Muito obrigado.

A Deputada Liza Prado – Sr. Presidente, ouvi atentamente as palavras do meu colega Deputado Rogério Correia. Sempre o acompanho na defesa da educação. Neste momento, quero falar em defesa do Presidente. Sabemos, Deputado Rogério Correia, as dificuldades que as escolas do País têm passado. De repente, vemos os alunos tendo sucesso na Prova Brasil, o que é espetacular. Não

são apenas os alunos de Capelinha, mas também os de Itaúna de Minas, São Tiago, João Monlevade e outras cidades que serão homenageadas aqui. Se o Presidente escolheu esta data foi porque a Secretaria disse que teria de trazer os alunos aqui antes da data de provas. Por isso é difícil o deslocamento das escolas. Para nós, o Secretário tem razão. O Deputado Rogério Correia diz que todos têm o mesmo direito. É lógico. Foi solicitada pela Comissão de Educação. Quando for solicitada por todos os membros ou pela maioria, é importante que os Deputados sejam também atendidos. Neste momento temos de ser elegantes porque estaremos com convidados, com as escolas. Portanto, vamos recebê-los e prestar homenagem aos alunos da 9ª série. Os trabalhos serão suspensos, depois voltaremos, Deputado Rogério. Gostaria de solicitar ao Deputado Rogério, que é uma pessoa muito ponderada e tem razão pelo fato de ter planejado outras coisas, que apoie a suspensão dos trabalhos, depois voltaremos. Vamos prestar a homenagem e depois negociaremos direitos iguais e outras questões. Vamos homenagear as escolas. Queria apenas defender o Presidente desta Casa, porque esta é a data antes das provas, foi o dia que conseguiram trazer todas essas escolas sem prejudicar os alunos da 9ª série. Foi esse o motivo. Aproveito este momento para parabenizar as escolas. Apesar das dificuldades que a educação enfrenta, ainda há alunos de escolas públicas que se destacam, saem bem nas provas e são homenageados. Com todas as dificuldades, em um Município longínquo ou perto, as professoras ainda se sentem motivadas para ensinar. Se não houvesse boas professoras, esses alunos não seriam premiados nesta tarde. Portanto, revelo o meu entendimento e o meu pedido para não criarmos neste momento um cavalo de troia, em respeito aos nossos homenageados. Depois discutiremos outros procedimentos. Que fique bem claro que ele não pediu para interromper, mas que discutamos outros assuntos depois, para não causar constrangimento aos nossos convidados.

O Deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, é óbvio que não vou pedir para interromper a reunião, porque foi marcada. Os estudantes e professores, que vêm de Guaxupé e outras regiões do Sul de Minas, estão recebendo uma homenagem, que é justa. Evidentemente, não me coloco contra a homenagem nem tampouco contra eles. Isso é claro. É uma homenagem justa. É óbvio que a homenagem tem um papel político, foi solicitada por alguns Deputados e é realizada em desacordo com o que havíamos combinado aqui. Portanto nada tem a ver com esses que serão homenageados. Que tenham uma bela homenagem, embora seja evidente que há, neste caso, uso político disso. Mas a questão é outra, e não a discutirei agora. Para ser feita essa homenagem, o Regimento está sendo utilizado de maneira unilateral, diferentemente do que fora combinado, em uma sessão que se abre rapidamente, sem quórum, estimulando-se, portanto, que outros Deputados tenham o mesmo direito. Não é justo que essas homenagens tenham conteúdo político. A Secretária de Educação foi convidada, para ter aqui, em uma quarta-feira, certo tipo de visibilidade política. Considero justo que haja essa visão, mas o procedimento não pode diferir daquele exposto aqui para os outros. Então peço que V. Exa. considere a questão de ordem e estabeleça se os critérios serão alterados. Já solicito uma audiência pública, que também apresenta motivos justos. Hoje tive a notícia de que oito eletricitários foram demitidos, mais cinco agora na Cemig, sendo que três deles são servidores concursados com 21, 25 e 29 anos de serviços prestados à empresa. Peço a V. Exa. que leve isso em consideração e responda positivamente se poderemos também realizar uma reunião com interrupção como esta, em uma quarta-feira a ser escolhida também, na semana que vem ou na próxima, pois se trata também de uma reunião importante para homenagear as diretorias que tomaram posse na CUT, no MST, no Sindieletrô e também no Sindágua. Julgo que esses também prestam relevantes serviços para a organização dos nossos trabalhadores, do povo mineiro, e merecem o mesmo tratamento que merecerão hoje os representantes das escolas que serão homenageados. Enfim, gostaria que o comportamento fosse o mesmo. É inadmissível. Recebemos da Secretaria-Geral desta Casa instruções claras que vieram da Presidência, para que cada uma das bancadas escolhesse apenas duas reuniões especiais por ano, e que as outras seriam vistas com o Presidente. Fiz questão de levantar na 1ª Parte da Ordem do Dia os casos de reuniões realizadas com interrupção. Já mostrei para V. Exa. Este ano, foram realizadas cinco. Foram todas de caráter institucional, e nenhuma foi realizada na quarta-feira. Ano passado, foram realizadas apenas duas na quarta-feira, também de caráter nitidamente institucional, sendo uma delas para a posse de um Deputado suplente. Portanto, essa exceção aberta aqui, hoje, a pedido de Deputado, foi única e não foi comunicada ao Colégio de Líderes. Eu, pelo menos, como Líder do PT, e o Líder do PMDB não fomos comunicados dessa nova decisão. Gostaria de saber de V. Exa. se há nova decisão da Mesa da Assembleia. Se houver, que ela me seja comunicada para que eu possa marcar as reuniões que a minha bancada ou que os Deputados do meu partido necessitem. O que não é possível é que exista nova orientação unilateral, realizada de forma discricionária por parte do Presidente da Casa, a pedido de Deputados que ele escolhe, com objetivos políticos deliberados por ele, sem regras. Sr. Presidente, era isso que pretendia dizer. Realmente desejo que a reunião tenha sucesso, que as homenagens sejam prestadas e que os homenageados sejam recebidos pela Casa à altura, como sempre acontece. Muito obrigado.

O Sr. Presidente – Informo ao Deputado que não houve modificação alguma com relação aos entendimentos e que será levado à Mesa e ao Colégio de Líderes o questionamento de V. Exa. Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite – Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de parabenizá-lo, Deputado José Henrique, assim como também o Presidente Dinis Pinheiro, a nossa Secretaria-Geral e a nossa Mesa, escolhida por todos nós, Deputados, por esta iniciativa, atendendo ao pedido de uma comissão da Assembleia Legislativa. A Mesa valoriza as comissões, e elas devem ser valorizadas mesmo. Aliás, depois de amanhã, estarei em Montes Claros juntamente com as Comissões de Segurança Pública, de Saúde, da Pessoa com Deficiência, de Educação e de Transporte. Portanto a Mesa faz muito bem em valorizar todo o trabalho realizado na Casa, especialmente em reconhecer o feito dos nossos estudantes, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Os estudantes de Minas Gerais e as nossas escolas estão fazendo bonito. Com todo esforço dos professores, dos profissionais da educação, do governo do Estado, deste Estado continental com os seus 853 Municípios, seus mais de mil Distritos e suas milhares de escolas espalhadas pelo nosso Estado. Esta Assembleia Legislativa e esta Mesa fazem muito bem em lembrar desses estudantes no momento em que o ensino superior está em greve. Os professores e os trabalhadores da educação do ensino superior do governo federal estão em greve, e os estudantes de Minas Gerais fazendo bonito. A Assembleia Legislativa reconhece todo esse trabalho da educação em Minas Gerais, dos professores, dos estudantes e dos trabalhadores em educação. Em nome de todos os Deputados, queria agradecer à Mesa da Assembleia Legislativa, esta Mesa que escolhemos, que faz tão bem em acolher as solicitações, especialmente nessa política tão importante para Minas Gerais, esse desafio para este nosso Estado desse tamanho. Por isso, a Assembleia faz bem em reconhecer o mérito dos



estudantes mineiros, o mérito dos professores de Minas Gerais e o mérito da educação no Estado de Minas Gerais. E a Mesa da Assembleia em acatar a solicitação vinda do Plenário para que esses estudantes sejam homenageados. Não é possível calar a Mesa da Assembleia Legislativa. Não é possível calar a solicitação de um Deputado representante do povo. Este Deputado deseja que esses estudantes sejam homenageados na casa do povo, que a casa do povo seja aberta para homenagear os nossos estudantes. Não é possível impedir que a Mesa da Assembleia Legislativa atenda não o clamor de um Deputado, porque um Deputado, na verdade, representa muitos mineiros. Presidente Deputado José Henrique, creio que falo em nome dos Deputados desta Casa. Queremos agradecer à Mesa da Assembleia Legislativa. Ela faz muito bem, pois acata não o pedido de um Deputado, mas o clamor do povo de Minas Gerais, feliz com o reconhecimento aos estudantes de Minas Gerais, aos professores de Minas Gerais. Portanto não é possível calar essa voz que vem das Minas Gerais e que exige que a Casa do Povo, o Parlamento de Minas Gerais, faça homenagem aos estudantes mineiros. Parabéns ao Presidente Dinis Pinheiro, parabéns ao Vice-Presidente José Henrique, à Mesa da Assembleia Legislativa que homenageia, neste ato, a educação de Minas Gerais, demonstra o seu apreço pela educação no Estado, o seu apreço aos estudantes e o seu apreço aos professores. Parabéns, Assembleia Legislativa, que, nesta tarde, recebe os nossos estudantes. Estarei aqui para parabenizar os estudantes, para parabenizar os professores, para parabenizar a Mesa da Assembleia Legislativa e para parabenizar a educação em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Ulysses Gomes – Presidente, também quero me manifestar com relação à fala do nosso Líder, Deputado Rogério Correia. Quero dizer que é importante que esta Casa preze pelo processo de negociação, de acordo e de diálogo entre as Lideranças. É legítimo, é regimental. Hoje tive a oportunidade, assim como vários Deputados desta Casa, de dar uma entrevista à UFMG, no contexto de uma pesquisa que estão fazendo com os parlamentos de todo o Brasil. Aqui nesta Casa, os Deputados estão sendo entrevistados, e uma das perguntas é justamente a respeito do processo regimental, da forma de encaminhamento, do que acontece na Casa. Como é a questão regimental? É um acordo de Lideranças, e é fundamental que esse procedimento seja cumprido. Quero, com o Líder da nossa bancada, registrar a importância desse procedimento. De forma particular, Líder Rogério Correia, discordo de apenas uma coisa. Um movimento importante como esse, de reconhecimento aos nossos alunos, é algo que temos que vangloriar nesta Casa. É impressionante a capacidade dos alunos da rede pública estadual de Minas Gerais, assim como dos professores, guerreiros e lutadores, vitoriosos diante da situação de calamidade e da falta de infraestrutura da educação em Minas Gerais. Tenho tido oportunidade de visitar muitas escolas no Estado, e nossas emendas parlamentares, em parceria com o governo do Estado, tem ajudado minimamente na infraestrutura e em equipamentos, mas ainda é lastimável a situação de precariedade de muitas delas. Apesar da situação precária e da falta de apoio e reconhecimento ao trabalho dos professores, haja vista a greve do ano passado, neste momento temos a oportunidade de valorizar os nossos alunos. Tenho certeza de que o Deputado Rogério Correia partilha da minha opinião de que, apesar da precariedade e da infraestrutura impostas aos nossos professores e alunos, é louvável o fato de conseguirem superar esse desafio e de hoje podermos selecionar vários que levam à frente os seus estudos e são exemplo para Minas Gerais. Esses alunos merecem os nossos parabéns e elogios, merecem o reconhecimento desta Casa por enfrentarem de cabeça erguida tanta dificuldade, desde professores que não são reconhecidos até uma infraestrutura sem condição digna para o estudo. Eles vêm hoje receber essa belíssima homenagem. Portanto, compartilhando dessa manifestação do Líder da nossa bancada, fica o nosso registro de que esta Casa tem procedimento, tem Regimento, e merece ser reconhecido o papel da Liderança. Se, de alguma forma, a nossa bancada ou a Bancada do PMDB não tiveram acesso a essa informação, que o erro seja aqui registrado e que o possamos corrigir. Sobretudo, que esses alunos e alunas da rede estadual de ensino em Minas Gerais sejam reconhecidos. E seja registrada, em nome da nossa bancada, a lamentável situação da infraestrutura da educação em Minas Gerais e o não reconhecimento daqueles profissionais. Dessa forma, é mais do que legítima a homenagem àqueles e àquelas que superaram esses desafios e conseguem fazer com que o ensino leve à mudança de vida e à transformação desses jovens alunos que receberão nossa homenagem. Ficam nossos parabéns e nossa homenagem a esses alunos que deram conta de superar os desafios que verificamos pessoalmente em várias visitas, conhecendo “in loco” a situação da educação em Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Elismar Prado – Desejo reforçar as palavras do Líder Rogério Correia e do Deputado Ulysses Gomes, não desmerecendo o trabalho fantástico dos nossos estudantes, apesar de tantas dificuldades e da precariedade da infraestrutura que o governo oferece em Minas. Temos problemas gravíssimos, como laboratórios fechados, professores que não recebem o piso salarial, o Ipsemg que não atende de maneira satisfatória e que está um caos, a rede física tão precária das escolas. Em mandatos anteriores, chegamos a alocar recursos para equipar escolas com computadores. Algumas escolas simplesmente não tinham onde colocar esses computadores, que ficavam amontoados, por falta de espaço adequado. Realmente, há escolas em situação de calamidade. Gostaria apenas de dizer que o trabalho – e temos na Mesa o trabalho resultante do concurso de redação promovido pela Assembleia e pelo governo de Minas, cujo tema são dos 300 anos do Ciclo do Ouro em Minas – é muito importante. Vale lembrar que, nessa história do Ciclo do Ouro, o Estado de Minas enforcou e esquartejou Tiradentes por este contestar o Quinto cobrado pela Coroa. Ora, o Estado hoje cobra, só de impostos na conta de luz, 42%, prejudicando e sacrificando a vida do povo mais pobre, do povo trabalhador. Acho que essa reunião não deveria ser realizada em dia de trabalhos ordinários. Eu teria a ideia de fazermos muitas reuniões dessa natureza aqui, mas geralmente as fazemos nas segundas ou nas sextas-feiras. Acho que deveríamos discutir os critérios que entendêssemos desrespeitosos a este Plenário e aos demais Deputados. Eu também gostaria de fazer aqui uma discussão sobre o piso, que não é respeitado, sobre as escolas que estão caindo sobre nossos alunos, sobre a situação gravíssima que encontramos no Estado e sobre o Estado que cobra as mais altas tarifas, que pratica a mais elevada carga tributária do Brasil, que é o Estado de Minas Gerais. E estamos discutindo também, já que vamos receber os nossos alunos, uma lei federal, e estou percorrendo todo o Estado, com a Comissão de Cultura, discutindo essa lei, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na escola, e simplesmente o Estado de Minas não a está respeitando. É um direito do estudante o Estado oferecer o conteúdo de música para melhorar a qualidade do nosso ensino, da nossa educação. Infelizmente, Minas não respeita isso. Quero parabenizar os educadores, os nossos alunos, nossos estudantes, que, apesar de tantas dificuldades e de tantos obstáculos, têm conseguido sobrepor-se a tudo isso e mostrado que realmente têm um grande potencial. Quero lamentar esse procedimento porque, afinal de contas, num dia de trabalho ordinário desta Casa



deveríamos também discutir outras questões: a saúde em Minas Gerais está um verdadeiro caos, encontramos problemas gravíssimos em todo o Estado, como a carga tributária. Penso que há questões sérias a discutir, como a da segurança pública. Minas Gerais cortou 20% do orçamento da segurança pública, Deputado Rogério Correia, e acho que isso é muito grave. Mas, enfim, não quero tirar o brilho do trabalho dos nossos estudantes, que é louvável, e quero parabenizar todos os educadores, mas lamentar o procedimento, a falta de critério, porque, afinal de contas, a Oposição também quer ter vez, quer ter voz e apresentar as nossas propostas para Minas Gerais, para o povo de Minas.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei breve para não atrasar mais a solenidade já prevista. Quero, inicialmente, dar boas-vindas aos alunos das cidades de São Tiago, Itaú de Minas, Guaxupé, Monte Santo de Minas, Capelinha, João Monlevade e Elói Mendes. Já ocupamos a tribuna da Assembleia para saudar Elói Mendes, a nossa cidade do Sul de Minas, pelo seu destaque na educação, entre os outros Municípios mineiros. É muito louvável, Sr. Presidente. Quero parabenizar o Presidente Dinis Pinheiro e a nossa Comissão de Educação por trazerem para o seio do Plenário maior esta homenagem a esses alunos, que se destacaram e tiveram uma participação muito efetiva dentro do contexto da própria educação mineira. Sem dúvida alguma, receber os alunos de sete Municípios, de várias cidades distantes desta Capital, seus familiares, amigos, Diretores, professores e autoridades é para nós, parlamentares, motivo de muita satisfação. Em primeiro lugar, queremos demonstrar o respeito e carinho que temos por todas essas escolas que foram classificadas. Entre as dez escolas classificadas, sete são mineiras. Quando usamos a tribuna desta Assembleia, muitas vezes falamos da educação de qualidade e seriedade que tem sido conduzida no Estado de Minas Gerais, particularmente nas sete escolas desses sete Municípios que foram premiados com o destaque nacional. Sr. Presidente, fazemos uma homenagem aos alunos, aos Diretores e a todos aqueles que têm acompanhado a educação em cada Município. Vejam que temos Municípios de várias localidades distantes desta Capital. Hoje ressaltamos a seriedade e a responsabilidade com que cada Município tem encarado o seu compromisso com a educação. Portanto, parabeno o nosso Governador Prof. Antonio Anastasia e destaque o empenho, o carinho e a dedicação da Secretária, Profa. Ana Lúcia Gazzola, e todos os Municípios que fazem parte dessa relação premiada. Isso é histórico para Minas, colocando-a à frente em educação de qualidade, principalmente pelo desempenho dos seus alunos e das suas escolas. Tenho viajado muito e sempre estou presente em Elói Mendes. Quero destacar que ontem o próprio Governador liberou recursos para uma quadra de esportes na Escola Júlia Camões, em Elói Mendes, no valor de R\$307.000,00. Quero agradecer-lhe publicamente. Será um prazer o Plenário recepcionar os nossos alunos, que, com certeza, têm se destacado e distinguido pela inteligência, pelo aprimoramento, pela responsabilidade e principalmente pela vontade de destacar o ensino de qualidade nos nossos Municípios. Portanto, estou muito feliz. A todos os Municípios e aos que estão neste recinto, dou as boas-vindas e parabéns. Destaco ainda a nossa satisfação em participar e compartilhar deste momento. Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz – Sr. Presidente, também quero aproveitar este momento, digamos inusitado, pouco comum nesta Assembleia, em que os trabalhos ordinários são suspensos para que se preste uma homenagem. Não quero entrar no mérito se é justa ou não esta homenagem. Eu, por exemplo, consideraria que, talvez, homenagear a educação em Minas se faria de forma mais eficaz se se cumprisse o mínimo constitucional de 25% que a Constituição obriga ser investido em educação; se se pagasse o piso salarial aos professores; se se oferecesse ao magistério um plano de carreira justo e que fosse motivador do exercício da carreira; e que não se vedasse que os professores tenham acesso à merenda escolar. Quer dizer, havia uma série de medidas objetivas que caracterizariam, no meu juízo, uma homenagem mais eficaz ao magistério e à educação mineira do que simplesmente uma homenagem nesta Casa. É usual na Assembleia a utilização de reuniões especiais para prestar homenagem. Não teria nenhum reparo que se fizesse uma reunião especial para homenagear essas escolas, sem entrar no mérito que é uma ONG dirigida pelo Gerdau que indica e publica pela Veja, sempre a mando e a soldo de algum governo tucano. Mas isso é outra questão. As reuniões especiais servem para as homenagens políticas, partidárias ou não. Sr. Presidente, o inusitado é a utilização de um pedaço da reunião ordinária para tanto. Isso não é comum nesta Casa. A nossa preocupação é se essa moda vai pegar; se, de fato, a Assembleia continuará a ser simplesmente um instrumento de ação política do governo do Estado. Isso é lamentável. É necessário que os mineiros saibam que hoje o Poder Legislativo deixa de realizar o seu trabalho, de apreciar a pauta, que, quando convém se anuncia longa, importante e sobrestada. Mas agora param todos os trabalhos legislativos em nome de uma homenagem, que, independentemente de ser justa ou não, não é própria a ser realizada neste momento, durante uma reunião ordinária. As reuniões especiais existem regimentalmente para isso. Queremos ver se as homenagens que estão sendo propostas também pelos Deputados da Oposição merecerão da direção da Casa o mesmo tratamento, com a suspensão dos trabalhos de quarta-feira para homenagear, por exemplo, a Profa. Beatriz Cerqueira, recém conduzida à direção da CUT, o Sind-UTE, o MST, o Sindieletro e outros movimentos de resistência ao Estado de exceção que se implantou em Minas Gerais a partir da eleição de Aécio Neves. Queremos ver se de fato a Mesa dará a esta Casa o tratamento de um poder independente ou se a deixará rastejante, de joelhos, cumprindo simplesmente o papel de instrumento de propaganda do governo. É lamentável que isso ocorra, em especial num momento sagrado nas casas legislativas, que é durante as reuniões ordinárias. Portanto, deixo registrada não apenas em meu nome, mas em nome da liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, a estranheza em relação à suspensão da reunião para fazer homenagem político-partidária, sem entrar no mérito da justiça. Queremos ver, na sequência dos trabalhos, se a Mesa Diretora terá o mesmo critério, o mesmo conceito, a mesma decisão de marcar outras homenagens, talvez nem tão palatáveis e politicamente alinhadas com a Presidência da Casa, neste mesmo espaço, neste mesmo horário, às quarta-feiras, na reunião ordinária. Esperaremos para ver. O tempo será o juiz da isenção da Mesa ao promover esta reunião. Muito obrigado.

2ª Fase (Grande Expediente) Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

**PROJETO DE LEI Nº 3.258/2012**

Dispõe sobre a comprovação da origem dos materiais metálicos recicláveis e sobre o cadastro de fornecedores no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - As empresas localizadas no Estado que desenvolvem atividades comerciais como recicladoras, compram material metálico para a reciclagem ou exercem a atividade de recuperação de materiais metálicos, assim como as que operam com comércio de ferro velho ou sucatas manterão registros que comprovem a origem dos materiais que venham a ser adquiridos de terceiros para as atividades especificadas nesta lei.

Parágrafo único - São materiais sujeitos a registro:

I - fios de cobre e fios metálicos em geral;

II - placas indicativas e de sinal de trânsito;

III - tubos de sustentação de placas, postes metálicos, tampos e outros do gênero;

IV - bocas de lobo, tampos de bueiros pluviais e sanitários em aço;

V - mobiliários urbanos fixos, tais como lixeiras e semáforos, coberturas de ponto de ônibus e qualquer outro material que tenha identificação pública.

Art. 2º - As empresas de que trata esta lei deverão cadastrar, no ato da compra, os fornecedores dos materiais mencionados em seu art. 1º, contendo as seguintes informações:

I - nome, endereço, telefone, identidade e CPF do fornecedor;

II - data da venda, da compra ou da troca;

III - detalhamento da quantidade e da origem do cabo de cobre, do alumínio, das baterias e dos transformadores comercializados;

IV - especificação, em caso de troca, do material permutado pelo cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores.

Art. 3º - As empresas que descumprirem o disposto nesta lei ficarão sujeitas às seguintes penalidades, sem prejuízo, conforme o caso, das sanções de natureza civil e penal e das definidas em normas específicas:

I - multa no valor de 500 (quinhentas) a 1.000 (mil) Ufemgs (Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais).

II - cancelamento de sua inscrição estadual, em caso de reincidência.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de junho de 2012.

Paulo Lamac

Justificação: Submetemos à apreciação desta Casa Legislativa o projeto de lei que dispõe sobre a comprovação da origem dos materiais metálicos recicláveis e sobre o cadastro de fornecedores no Estado.

O furto de cabos de energia e de telefone tem causado imensos transtornos à população e às empresas, que precisam arcar com o custo de reinstalação imediata da fiação, conforme é constantemente noticiado nos meios de comunicação, numa demonstração clara de que essa prática criminosa está cada vez mais disseminada no Estado.

Nesta mesma esteira de acontecimentos, o furto de alumínio, baterias e transformadores tem causado imensos prejuízos às prestadoras de serviços públicos essenciais ao cidadão, como as de fornecimento de água, luz e telefonia, bem como às pessoas civis que têm de arcar com os prejuízos causados aos seus bens patrimoniais.

Com o cadastramento dos compradores e vendedores e com a exigência de documentação em todas as negociações envolvendo os referidos materiais, as autoridades constituídas terão amplo conhecimento do universo de pessoas que trabalham com esse tipo de material e qual a procedência dos produtos adquiridos. Esse fato, de forma bastante eficaz, atuará como fator de coibição dessa prática delituosa e na identificação dos responsáveis.

O projeto de lei ora apresentado busca controlar o comércio ilegal, estabelecendo como primeiro passo a criação de cadastro de identificação dos vendedores e compradores, no qual constará de forma clara e expressa a procedência dos materiais e os respectivos fornecedores. Além disso, se destina a incrementar e consolidar os elos da reciclagem e a coibir, de forma constante, o furto e a receptação indébita de cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores.

Diante do exposto, pedimos o apoio e a compreensão dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.259/2012

Declara de utilidade Pública a Comunidade Terapêutica Esperança, com sede no Município de Timóteo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Esperança, com sede no Município de Timóteo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de junho de 2012.

Rosângela Reis

Justificação: A Comunidade Terapêutica Esperança, com sede no Município de Timóteo, está em pleno e regular funcionamento desde 9/3/2011. É uma entidade civil de duração indeterminada, sem fins econômicos, que não remunera os membros da sua administração sob nenhum pretexto e que aplica a totalidade de suas receitas no cumprimento de suas finalidades estatutárias, de natureza social e filantrópica. Tem por objetivo proteger, defender e acolher os alcoólatras e toxicômanos prestando-lhes assistência com vistas à promoção de seu bem-estar. Trabalha ainda por sua reintegração no seio da família e da sociedade, através do regime de internato, nos termos de seu estatuto.



Por entender que a entidade preenche os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, solicito o apoio dos nobres colegas desta Casa Legislativa para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.260/2012

Dispõe sobre a instalação de salas de apoio à amamentação em órgãos e entidades públicos estaduais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado deverão instalar e manter salas de apoio à amamentação, ordenha e armazenagem de leite materno, durante o horário de expediente das servidoras públicas, empregadas públicas ou contratadas.

Art. 2º - As salas de apoio à amamentação de que trata esta lei deverão ser instaladas em área apropriada da repartição, com os equipamentos necessários, dotados de assistência adequada, seguindo o disposto na Nota Técnica Conjunta SAS/MS-Anvisa, embasada na Resolução RDC/Anvisa nº 171, de 4 de setembro de 2006.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de junho de 2012.

Rogério Correia

Justificação: Uma recente conquista das servidoras públicas foi a ampliação da licença maternidade para 180 dias. Porém, voltar ao trabalho depois da licença maternidade é um momento de tensão para as famílias dessas mulheres. Além da saudade da servidora por ter que ficar longe do filho, existem as questões sobre onde e com quem deixar a criança e a preocupação em preservar o aleitamento materno apesar da retomada da rotina de trabalho.

O aleitamento materno oferece benefícios nutricionais, imunológicos, emocionais, econômicos, sociais e para o crescimento e desenvolvimento corporal da criança. Apesar de a criança maior de seis meses já poder obter a maioria dos nutrientes de que precisa na alimentação, o leite materno proporciona uma boa quantidade de calorias, vitaminas e enzimas para a criança, além de facilitar o processo de transição alimentar (o bebê deve mamar exclusivamente no seio até os seis meses de idade e só após é que se devem acrescentar outros alimentos à dieta da criança). Além disso, o Ministério da Saúde recomenda oficialmente que o aleitamento seja mantido até dois anos de idade ou mais.

Outro aspecto a ser considerado é que as mulheres que amamentam e que se afastam de seus filhos em virtude do trabalho, precisam esvaziar as mamas durante a sua jornada de trabalho, para alívio do desconforto das mamas cheias e para manter a produção do leite.

Para que o leite seja retirado durante o expediente, é preciso que a mulher tenha à sua disposição um local adequado para fazer a ordenha e para armazenar o leite, e é por isso que este projeto de lei exige que as repartições públicas estaduais mantenham em suas estruturas físicas salas de apoio à amamentação.

Nessas salas, após a licença maternidade, as mulheres que desejarem manter a amamentação poderão ordenhar o próprio leite e armazená-lo durante o horário de trabalho para, ao final do expediente, levar o leite coletado para o seu filho ou até mesmo doar o leite a um banco de leite.

Reforçando esta iniciativa, os arts. 4º, 5º, 7º e 9º do Estatuto da Criança e do Adolescente preveem que:

“Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

(...)

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

(...)

Art. 7º - A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

(...)

Art. 9º - O Poder Público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade”.

Do ponto de vista da viabilidade, a implantação de salas de apoio à amamentação é de baixo custo para o governo estadual, assim como a sua manutenção. Em muitos órgãos, será necessário apenas o remanejamento de mobiliário e de divisórias nas repartições. Em outros órgãos e entidades, serão necessários pequenos investimentos em reforma de um espaço destinado à sala e na compra de mobiliário, qual seja poltrona e um “freezer”.

De acordo com a Nota Técnica Conjunta nº 01/2010 - Anvisa e Ministério da Saúde, a sala de apoio à amamentação deve seguir os parâmetros definidos na Resolução nº 171/2006 - Anvisa, que estabelece um dimensionamento de 1,5m² de espaço por cadeira de coleta, a instalação de um ponto de água fria e lavatório para higiene das mãos e dos seios e um “freezer” com termômetro para monitoramento diário da temperatura. Além disso, o ambiente destinado à sala de amamentação deve ser favorável ao reflexo da descida do leite, portanto precisa ser tranquilo e confortável para permitir a adequada acomodação e privacidade da mulher.

A implementação de salas de apoio à amamentação nas repartições públicas estaduais representará mais um avanço entre as conquistas das servidoras públicas e das famílias às quais elas pertencem, pois a sala de amamentação permitirá à mãe trabalhar com a tranquilidade de que seu bebê continuará sendo amamentado. Também a criança ganhará saúde e qualidade de vida, pois terá a garantia de receber o alimento mais saudável e adequado para sua nutrição e desenvolvimento, que é o leite materno. Finalmente, o



governo estadual ganhará porque suas servidoras trabalharão em plena capacidade, sabendo que sua condição humana, de mulher e mãe, está sendo assegurada.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação de nosso projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.261/2012

Dispõe sobre a criação de bancos públicos de armazenamento e conservação de cordões umbilicais no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criado nas principais maternidades e hospitais e demais órgãos de saúde subvencionados no Estado banco público e gratuito de armazenamento de cordões umbilicais, com o objetivo de incentivar, registrar, armazenar e conservar a doação de sangue de cordão umbilical para tratamento médico.

Art. 2º - A doação de sangue referida no artigo anterior será precedida de termo de consentimento, sendo reservada, a critério do doador, parte do sangue do cordão umbilical para uso coletivo quando necessário.

Art. 3º - Será permitida a realização de convênios com maternidades e hospitais privados para viabilizar a infraestrutura necessária à implantação e manutenção dos bancos públicos.

Art. 4º - Para os efeitos desta lei, será observada a Portaria nº 2.381, de 29 de setembro de 2004, do Ministério da Saúde, que cria a Rede Nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado de Saúde, suplementadas, se necessário, devendo as previsões futuras destinar recursos específicos para o seu cumprimento.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de cento e oitenta dias.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de junho de 2012.

Arlen Santiago

Justificação: O sangue de cordão umbilical e placentário é uma fonte rica em células-tronco hematopoiéticas, que têm sido colocadas pelas pesquisas atuais como elementos de grande importância em procedimentos terapêuticos direcionados para diversas doenças hematológicas e oncológicas, principalmente em pacientes que não apresentam doadores compatíveis.

A criação de bancos de sangue especializados públicos tornou-se necessária devido ao avanço da utilização dessas células. Anualmente, milhares de crianças no Brasil são vítimas de câncer, e somente 70% conseguem alcançar a cura ou uma longa sobrevida através de tratamento quimioterápico. Assim, 30% dessas crianças tornam-se resistentes às drogas quimioterápicas, e somente um transplante de células progenitoras pode proporcionar uma segunda chance de vida para esses pacientes. No momento, muitas crianças estão condenadas à morte, e nada pode ser feito por elas por um único motivo: a falta de um doador compatível. Esta proposição determina a implantação de bancos públicos de armazenamento e conservação de cordões umbilicais com o objetivo de promover sua utilização no desenvolvimento e aplicação de tratamentos para doenças que eventualmente afetem o ser humano, principalmente em distúrbios hematológicos e doenças autoimunes e degenerativas. Podemos afirmar que as parturientes que dão à luz nos hospitais ou maternidades da rede estadual se sentirão duplamente reconfortadas e felizes ao saberem que a doação do cordão umbilical de seu recém-nascido poderá salvar a vida de outra criança. Hoje, os cordões umbilicais não são aproveitados, ou seja, após o parto são jogados no lixo. O uso de células provenientes de cordão umbilical mostra-se uma alternativa promissora, colocada à disposição da medicina e da população como solução para determinadas patologias. É fundamental destacar que, como citado, os bancos de armazenamento devem ser públicos e gratuitos, a fim de proporcionar a todos os cidadãos o direito de doar e conservar o sangue do cordão umbilical, inclusive reservando uma parcela para uso pessoal.

As células-tronco do sangue do cordão umbilical começaram a ser usadas em 1988 na França e, devido a sua facilidade de obtenção à disponibilidade imediata e à maior chance de serem compatíveis, são hoje a principal fonte de células-tronco em uso. Para que alguém da população em geral ache um cordão compatível, bastam 12 mil amostras com células de cordão umbilical.

Nessa linha, lembra-se também a importância de dar publicidade aos bancos criados nos hospitais, maternidades e unidades de saúde públicos a fim de efetivar os objetivos do armazenamento e conservação de cordões umbilicais. Está confirmado hoje, com o avanço da ciência: as células-tronco podem ser usadas para tratar doenças derivadas do sangue, como a leucemia e a anemia. Outras doenças estão em fase de pesquisa, algumas na fase III (em humanos) e apresentando resultados surpreendentes, como: diabetes tipo I (Dr. Voltarelli, USP, Ribeirão Preto), cirrose (Dr. Ricardo Ribeiro, Fiocruz), insuficiência cardíaca, infarto e Chagas (Ministério da Saúde, com coordenação do Incor), esclerose múltipla (Dra. Mayanna Zatz, USP), traumatismo de medula (Departamento de Ortopedia da Unicamp), Alzheimer e Parkinson (Dr. Jaderson A. Costa, PUC-RS), entre outras.

Como se vê, a importância terapêutica do uso das células-tronco provenientes de cordões umbilicais vem sendo comprovada a cada dia com novas descobertas no tratamento de diversas doenças; por isso se faz necessária a criação desses bancos públicos no Estado. Minas Gerais, com a importância que tem para o cenário nacional, deve estar na vanguarda em relação a essa iniciativa de saúde pública que salva vidas. Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres legisladores desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.262/2012

Declara de utilidade pública a Associação Esporte Clube de Almas, com sede no Município de Brumadinho.



A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Esporte Clube de Almas, com sede no Município de Brumadinho.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de junho de 2012.

Dinis Pinheiro

Justificação: A Associação Esporte Clube de Almas, com sede no Município de Brumadinho, entidade civil sem fins lucrativos, de finalidade filantrópica e de caráter esportivo, tem por finalidade fomentar, difundir, fiscalizar e disciplinar a prática esportiva não profissional no referido Município.

O processo que tem por objetivo a declaração de utilidade pública da mencionada entidade encontra-se legalmente amparado e obedece às exigências da Lei nº 12.972, de 27/7/98.

A entidade de que trata este projeto de lei funciona regularmente há mais de um ano, e sua diretoria é composta de pessoas idôneas, não remuneradas pelas funções que exercem, conforme consta em atestado.

Por essas razões, conclamo os meus pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.270/2012, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Cláudio Costa, Presidente do Tribunal de Justiça, pela assinatura do termo de cooperação para a implantação da metodologia da justiça restaurativa no âmbito do Poder Judiciário.

Nº 3.271/2012, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Governador do Estado pela assinatura do termo de cooperação para a implantação da metodologia da justiça restaurativa no âmbito do Poder Judiciário. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

Nº 3.272/2012, do Deputado Duílio de Castro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Januária pelos 179 anos de emancipação desse Município.

Nº 3.273/2012, do Deputado Duílio de Castro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Campo Belo pelos 136 anos de emancipação desse Município. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.274/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Polícia Militar Ambiental no Município de Uberaba pedido de informações sobre os registros de danos ambientais envolvendo a Fazenda Inhumas, localizada na área rural desse Município.

Nº 3.275/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Corregedoria da PMMG as notas taquigráficas da 21ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, bem como pedido de informações sobre apurações e resultados processados acerca das agressões sofridas pelos Srs. Fernando da Silva Soares, Rafael Barros e Joviano Mayer na Praça Floriano Peixoto, em Belo Horizonte, no dia 22/4/2012.

Nº 3.276/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria da PMMG e ao Sr. João Medeiros, Promotor de Justiça do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público, pedido de informações sobre a apuração das denúncias relativas ao Maj. PM Ledvan Salgado Cotta, do Gate.

Nº 3.277/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG e à Chefia da Polícia Civil pedido de informações sobre demissões por desvio de conduta nas duas corporações nos últimos 5 anos, especificando-se nome completo, posto ou cargo dos policiais demitidos.

Nº 3.278/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Secretaria de Agricultura pedido de informações sobre as medidas que estão sendo tomadas em relação ao roubo de gado e máquinas agrícolas no Estado.

Nº 3.279/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Civil pedido de informações sobre a apuração do furto de 700Kg de maconha da Delegacia de Iturama, com cópia da conclusão da investigação, se encerrada, ou, em caso contrário, com cópia das diligências e providências já adotadas. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência interrompe os trabalhos ordinários para, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, destinar a 1ª Parte desta reunião para homenagear as escolas públicas mineiras pelos excelentes resultados obtidos pelo ensino fundamental, conforme avaliações do MEC e levantamento feito pela ONG Todos pela Educação.

- A ata dessa solenidade será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Estão reabertos os nossos trabalhos ordinários.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 14, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.



ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

Às 11 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Wilson Batista, Marques Abreu e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marques Abreu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Walter Tosta, Deputado Federal, e dos Srs. Eder Ferreira, Rogério da Silva Meira e Joaquim Nunes Gonçalves, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro da União dos Paraplégicos de Belo Horizonte, encaminhando solicitação do Sr. Célio Sérgio Guimarães de cancelamento da sua remoção da Seção de Exames Médicos do Detran-MG para o Instituto de Criminalística. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.025/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Marques Abreu em que solicita seja realizada visita conjunta desta Comissão com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude ao Centro de Referência Esportivo para a Pessoa com Deficiência; Doutor Wilson Batista (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a concessão do passe livre à pessoa com deficiência e ao idoso no transporte coletivo intermunicipal; e seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para o cancelamento da remoção de Célio Sérgio Guimarães da Seção de Exames Médicos do Detran-MG para o Instituto de Criminalística. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2012.

Doutor Wilson Batista, Presidente – Marques Abreu – Dalmo Ribeiro Silva – Elismar Prado.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

Às 14h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Celinho do Sinttrocel, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater sobre a Estrada do Contorno da Petrobras e a deliberar sobre proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Eloisia Barbosa Almeida Pinto Coelho, Diretora Operacional da Termoeletrica Ibiritermo; Adriana Oliveira Côrrea, Vice-Diretora da Escola Municipal Valério Ferreira Palhares, e os Srs. José da Costa Filho, Secretário Municipal de Obras de Betim, representando a Sra. Maria do Carmo Lara Perpétuo, Prefeita Municipal de Betim; Daniel Monteiro, Diretor de Obras do Município de Ibirité, representando o Sr. Laércio Marinho Dias, Prefeito Municipal de Ibirité; Flávio Manoel Rodrigues da Silva, Presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Petrovale; e Joelson da Silva Ribeiro, Presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Jardim Nazareno, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.

Célio Moreira, Presidente

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/6/2011

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis, membro da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; e os Deputados André Quintão e Carlin Moura, membros da Comissão de Participação Popular. Está presente, também, o Deputado Luiz Henrique. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei Federal nº 865/2011, que cria a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Hélio Rabelo, Secretário Adjunto de Estado do Trabalho e Emprego e membro do Conselho Estadual de Economia Solidária; as Sras. Lêda Cíntia Assis de Souza, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, representando o Sr. Paul Israel Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária; Nair Aparecida de Andrade, Gerente de Serviço de



Apoio às Pequenas e Microempresas de Minas Gerais do Sebrae-MG; Shirlei Aparecida Almeida Silva, Coordenadora do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; e Francisca Paulina da Silva, representante do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado André Quintão, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público presente, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.

Rosângela Reis, Presidente – André Quintão – Carlos Pimenta.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/6/2012

Às 10h15min, comparecem no Teatro Municipal de São Joaquim de Bicas a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlin Moura, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a implantação de um câmpus do Instituto Federal de Minas Gerais no Município e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Eliana Ferreira Prado, Secretária Municipal de Educação de São Joaquim de Bicas; os Srs. João Bosco Batista dos Reis, Prefeito Municipal de São Joaquim de Bicas; Lucas Carlúcio Magalhães, Pró-Reitor de Extensão, representando o Sr. Caio Mário Bueno Silva, Reitor do Instituto Federal de Minas Gerais; Marco Tulio Silveira de Lacerda, Presidente da Câmara Municipal de São Joaquim de Bicas; Carlos Alexandrino dos Santos, Assessor da Subsecretaria de Ensino Superior do Estado, representando o Sr. Narcio Rodrigues da Silveira, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Nilton Moraes, Presidente do Instituto de Apoio Popular Phoenix, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente passa a fazer suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra à Deputada Maria Tereza Lara e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2012.

Bosco, Presidente – Maria Tereza Lara – Carlin Moura.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2012

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros e Adalclever Lopes (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ivair Nogueira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Antônio Marcos Alvim Soares, Corregedor-Geral de Justiça, e Ricardo Augusto Simões Santos, Presidente da Copasa-MG, publicados no “Diário do Legislativo” de 31/5/2012. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.022/2011, no 1º turno (Deputado Délio Malheiros); 3.005/2012, no 1º turno (Deputado Duílio de Castro). O Projeto de Lei nº 2.325/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Délio Malheiros, aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada visita aos comerciantes instalados na região das Avenidas Santos Dumont e Cristiano Machado, nesta Capital, que estão sendo afetados pelas obras de implantação do Bus Rapid Transit – BRT –; e em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o impacto que as obras do BRT têm causado aos comerciantes do seu entorno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.

Délio Malheiros, Presidente - Duílio de Castro - Antônio Júlio.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2012

Às 10h15min, comparece no Furnaspark Hotel de Formiga o Deputado Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da Liderança do BRT), membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscrive. A Presidência informa que a reunião se destina a debater formas para desenvolver o potencial turístico do Município de Formiga e região e a deliberar sobre proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs.



Aluísio Veloso da Cunha, Prefeito Municipal de Formiga; Gonçalo José de Faria, Presidente da Câmara Municipal de Formiga; Mauro César Alves de Sousa, Vereador da Câmara Municipal de Formiga; José de Paulo Alves, Presidente da Furnaspark Hotel – Formiga; Rogério Iunes, Presidente da CDL; Cap. PM Euzébio, 13ª Cia. Independente da PMMG de Formiga; Haroldo Goulart Rabelo, representando o Grupo AMEP, que são convidados a tomar assento à mesa. O Secretário de Estado de Turismo, Agostinho Patrus Filho, por meio da Sra. Jussara Maria Rocha, Superintendente de Políticas de Turismo, justifica a ausência. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.

Tenente Lúcio, Presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Rômulo Viegas.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2012

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Ivair Nogueira e Adalclever Lopes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a implantação de Inspeção Veicular Ambiental e de Segurança no Estado, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência do Presidente da Comissão de Minas e Energia desta Casa, Deputado Sávio Souza Cruz, encaminhando cópia de denúncia de violação dos direitos humanos por parte da Mineradora Ferrous durante a construção e implantação do mineroduto que liga os Municípios de Congonhas a Presidente Kennedy (ES), em especial nos Municípios de Presidente Bernardes e Viçosa, conforme documentação anexa apresentada em audiência pública realizada pela Comissão; e da seguinte correspondência publicada no “Diário do Legislativo” de 31/5/2012: dos Srs. Josemar da Ressurreição Coimbra, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul; Carlos Roberto de Souza, Secretário de Gabinete da Prefeitura Municipal de Betim; e Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte; e da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores a Deputada e os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 69/2011 no 1º turno e 3.108/2012 em turno único (Deputado Sávio Souza Cruz); 1.031/2012 no 1º turno (Deputada Luzia Ferreira); 1.449/2011 no 1º turno (Deputado Gustavo Corrêa); e 3.087/2012 em turno único (Deputado Delvito Alves). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 689/2011 (relator: Deputado Gustavo Corrêa). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Rafaela Gigliotti, Chefe Adjunta, representando o Sr. Oliveira Santiago Maciel, Chefe do Departamento de Trânsito de Minas Gerais; e os Srs. Flávio Daniel Ferreira, Gerente de Monitoramento da Qualidade do Ar e Emissões, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Edilson Moura, Coordenador do Programa de Pneumologia Sanitária, representando o Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Ten.Cel. PM Roberto Lemos, Comandante do Batalhão de Polícia de Trânsito de Minas Gerais; Antônio Cláudio Soares Sampaio Kubrusly, Gerente de Fiscalização do Transporte Irregular, representando o Sr. Ramon Victor Cesar, Diretor-Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - Bhtrans; Luiz Sérgio Alvarenga, Diretor Executivo da Associação Nacional dos Distribuidores de Autopeças – Andap; Fábio Sacioto, Presidente da Câmara Automotiva Mineira; e Antônio Carlos Bento, Conselheiro do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Sávio Souza Cruz e Adalclever Lopes retiram-se da reunião. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe requerimento do Deputado Célio Moreira em que solicita seja encaminhado à Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam - pedido de providências para que a Comissão seja convidada a participar do trabalho de monitoramento da qualidade do ar realizado na Capital do Estado pela Feam em data e local a serem previamente acordados entre as partes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.

Delvito Alves, Presidente – Gustavo Corrêa.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/6/2012

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Duarte Bechir, Rômulo Viegas e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e,

em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a transferência de 17 pacientes do Ipsemg da Clínica Serra Verde para a Casa de Saúde Santa Isabel, hospital psiquiátrico privado de Barbacena; e a discutir e votar proposições da Comissão. Logo após, comunica o recebimento de ofício da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil e de Relações Institucionais, acusando o recebimento de notas taquigráficas de reunião desta Comissão e informando que o expediente foi encaminhado à Secretaria de Defesa Social; e da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” de 1º/6/2012: ofícios das Sras. Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Maria Coeli Simões Pires, Jackeliny Ferreira Rangel, Promotora de Justiça; Elisa Smaneto, Diretora de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidenta da República; Ana Cláudia Lopes, Promotora de Justiça; dos Srs. Geraldo Claret de Arantes, Juiz de Direito (substituto) da 4ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da CEF; Luiz Antônio Sasdelli Prudente, Corregedor-Geral do Ministério Público; Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte; Fernando Teixeira Frota Soares, Corregedor da Secretaria de Defesa Social; Ernane Geraldo de Araújo, Promotor de Justiça; Carlos Alberto Menezes de Calazans, Superintendente Regional do Inbra; Calixto Oliveira Souza, Promotor de Justiça; das Sras. Sabrina Durigon Marques, Chefe da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro da Justiça; Maria Coeli Simões Pires, Desirée Renée Emmels de Souza, Diretora da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C; dos Srs. Marcos Affonso Ortiz Gomes, Diretor-Geral do IEF; Gerson Barros de Carvalho, Diretor-Geral do Deop-MG; do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG, e do Sr. Airis Antonio Horta, Gerente da Divisão de Pesquisa e Controle da Qualidade de Água e Esgoto da Copasa-MG. A Presidência esclarece que a discussão com a presença de convidados prevista para esta reunião será realizada no dia 13/6/2012, às 9 horas, e prossegue os trabalhos ordinários da reunião. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Duarte Bechir. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo em que solicita seja encaminhado aos parlamentares desta Casa o artigo "Sustentabilidade é Garantir a Qualidade de Vida", de sua autoria; Duarte Bechir (2) em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos Deputados Dinis Pinheiro, Durval Ângelo e Lafayette de Andrada pela homenagem recebida por ocasião da comemoração dos 25 anos do Grupamento de Ações Táticas Especiais – Gate - da PMMG; e seja formulado voto de congratulações com o Gate da PMMG pelos 25 anos de sua criação, solicitando-se a essa corporação que o voto seja anotado na ficha funcional de cada policial integrante desse Grupamento; e Sargento Rodrigues (3) em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG e à Chefia da Polícia Civil pedido de informações para que enviem a relação dos policiais demitidos nos últimos cinco anos por desvio de conduta nessas corporações; seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que se estabeleça a carga horária mínima e máxima de trabalho diário dos policiais; e seja encaminhado à Corregedoria da PMMG e à Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público pedido de informações sobre as apurações relativas às denúncias apresentadas contra o Maj. PM Ledvan Salgado Cotta. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2012.

Paulo Lamac, Presidente – Rômulo Viegas – Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/6/2012

Às 14h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, Tiago Ulisses, Lafayette de Andrada e Rômulo Viegas (substituindo estes, respectivamente, aos Deputados João Vítor Xavier e Zé Maia, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Sras. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão; Denise Reif Kroeff, Diretora do Departamento de Apoio à Comercialização e à Produção Familiar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Luzia Guedes da Silva Mendes, Coordenadora-Geral de Convênios do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2); e dos Srs. Antônio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social (3); Eugênio da Costa Arsky, Coordenador-Geral de Convênios da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo; Levy Pacheco de Oliveira Júnior, Gerente-Geral da Agência Santo Agostinho da CEF; Marcos Alberto Barbosa de Carvalho, Chefe da Divisão de Convênios do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e do FNDE (3) (publicados do “Diário do Legislativo” de 31/5/2012); e do Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário de Fazenda; e do FNDE (1.564) (publicados no “Diário do Legislativo de 1º/6/2012). A seguir, faz a leitura de convite da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio para a reunião de audiência pública do próximo dia 12/6/2012, às 10h45min, e comunica que está aberto, até o dia 11/6/2012, o prazo para recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 3.164/2012. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.782/2011 (Deputado Zé Maia), no 2º turno; e 3.152/2012 (Deputado Gustavo Perrella), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela ratificação do regime especial de tributação encaminhado pela Mensagem nº 229/2012, o qual conclui pela apresentação de projeto de resolução (relator: Deputado Zé Maia); e são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.702/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, e com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Doutor Viana); 2.996/2012; e 3.086/2012 na forma do

Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Zé Maia). O Projeto de Lei nº 1.250/2011 é convertido em diligência à Secretaria de Planejamento e Gestão. O parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.745/2011 com as Emendas nºs 1, 2 e 4 a 16, da Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nº 3 na forma da Subemenda nº 1, e 18 a 20, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição da Emenda nº 17, da Comissão de Constituição e Justiça, tem a discussão adiada a requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Zé Maia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Frutal para debater os benefícios da implantação do projeto urbanístico Cidade das Águas para o desenvolvimento econômico do município e da região; e Antônio Júlio em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a regulamentação do art. 11-A da Lei nº 14.937, de 2003, alterada pela Lei nº 19.988, de 2011, que autoriza o parcelamento de crédito tributário vencido relativo ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.

Doutor Viana, Presidente - Rômulo Viegas - João Vítor Xavier - Délio Malheiros.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/6/2012

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Tiago Ulisses e João Leite (substituindo o Deputado Luiz Henrique, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 181, 1.463, 1.773, 1.927, 2.508/2011, 2.935 e 2.952/2012 (Deputado João Leite); 2.967, 2.968, 2.980, 3.028, 3.038, 3.043 e 3.049/2012 (Deputado Tiago Ulisses). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 181, 1.463, 1.773, 1.927, 2.508/2011, 2.935, 2.952, 2.967, 2.968, 2.980, 3.028, 3.038, 3.043 e 3.049/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - João Leite - Duarte Bechir.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/6/2012

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Doutor Viana e Bonifácio Mourão (substituindo o Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dinis Pinheiro. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina à apresentação da campanha Assine + Saúde, que tem por objetivo a coleta de assinaturas para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular à Câmara dos Deputados propondo o investimento de 10% da receita corrente bruta da União na saúde pública. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Kátia Barbalho Diniz Costa, Secretária Municipal de Saúde de Governador Valadares, representando a Sra. Elisa Maria Costa, Prefeita Municipal de Governador Valadares; e Sheyla Aparecida Ribeiro Turbino, Diretora da Superintendência Regional da Saúde desse Município; e os Srs. Helder José Aguiar Armond, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares; Ednei Soares de Oliveira, referência em vigilância de saúde da Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares, representando o Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Marcelo Carlos Cândido, Diretor do Foro da Comarca de Governador Valadares; Frederico Bordon de Castro, Defensor Público, representando a Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado; Fernando Viceconte Duarte, Prefeito Municipal de Resplendor e Presidente da Ardoce, representando o Sr. Ângelo José Roncalli de Freitas, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Pará e Presidente da Associação Mineira de Municípios; Rodrigo Bretas Abreu, Diretor da Associação Médica de Governador Valadares, representando o Sr. Lincoln Lopes Ferreira, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Hercílio Araújo Diniz Filho, Presidente do Sindicato do Comércio de Governador Valadares e Vice-Presidente da Fecomércio, representando o Sr. Lázaro Luiz Gonzaga, Presidente da Fecomércio; José Nogueira Soares Nunes, Presidente da Associação Mineira de Supermercados; Juvenal Araújo Júnior, Diretor da Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde de Minas Gerais; Alcyr Nascimento, Presidente da Fadvale; Márcio Abreu Lima Rezende, Conselheiro, representando o Sr. João Batista Gomes Soares, Presidente do CRM-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Mosconi, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos



parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2012.

Hely Tarquínio, Presidente – Adelmo Carneiro Leão – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/6/2012

Às 10h15min, comparece na Câmara Municipal de Almenara o Deputado Elismar Prado, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião; dispensa, nos termos regimentais, a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater estratégias para a interiorização do Sistema Nacional de Cultura no Estado, em parceria com a Representação Regional Minas Gerais do Ministério da Cultura, a Secretaria de Cultura e o Fórum de Políticas Culturais de Minas Gerais; e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Fabiany Ferraz Gil Figueiredo, Prefeita Municipal de Almenara; Nilda Marília Figueiredo de Sousa, Vereadora da Câmara Municipal de Almenara, representando o Sr. Reinaldo Souza Rocha, Presidente dessa Casa; e os Srs. Bernardo Novais da Mata Machado, Diretor de Programas Integrados da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura; Jadson Kleber Garcez Costa, Secretário de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer de Almenara, e Fernando Lima, Diretor de Cultura e Turismo de Almenara, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida a finalidade desta, agradece a presença dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2012.

Elismar Prado, Presidente – Fred Costa – Luzia Ferreira.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/6/2012

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado (substituindo o Deputado Délio Malheiros, por indicação da Liderança do BAM) e os Deputados Sebastião Costa, Anselmo José Domingos (substituindo o Deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do BAM), Duarte Bechir e Gustavo Valadares (substituindo os Deputados Neider Moreira e Lafayette de Andrada, respectivamente, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.099/2012, no 1º turno, para cuja relatoria designou o Deputado Sebastião Costa. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.128/2012 (relator: Deputado Gustavo Corrêa) e 3.099/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Sebastião Costa). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2012.

Rogério Correia, Presidente - Sávio Souza Cruz.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/6/2012

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Wilson Batista, Elismar Prado, Marques Abreu e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da liderança do BTR) membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Vice-Presidente. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Dalmo Ribeiro Silva para atuar como escrutinador. Feita a votação e realizada a contagem dos votos, o escrutinador anuncia que foram registradas 4 cédulas de votação, sendo 4 votos para o Deputado Marques Abreu. A seguir, o Presidente dá posse ao Vice-Presidente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2012.

Doutor Wilson Batista, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Marques Abreu - Elismar Prado.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 19/6/2012****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, com a presença de convidados, o financiamento para as políticas públicas sobre drogas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião com a presença de convidados a ser realizada em 19/6/2012, às 10 horas, no Município de Uberlândia, com a finalidade de apresentação da Campanha Assine + Saúde e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião com a presença de convidados a ser realizada em 20/6/2012, às 10 horas, no Município de Juiz de Fora, com a finalidade de apresentação da Campanha Assine + Saúde e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.508/2011****Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 2.508/2011, de autoria do Deputado Bosco, que declara de utilidade pública a Associação da Capela Mártir Filomena – Capela Filomena –, com sede no Município de Araxá, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.508/2011

Declara de utilidade pública a Associação da Capela Mártir Filomena – Capela Filomena –, com sede no Município de Araxá. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação da Capela Mártir Filomena – Capela Filomena –, com sede no Município de Araxá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - João Leite, relator - Tiago Ulisses.



PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.860/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.860/2012, de autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que declara de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.860/2012

Declara de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia.
A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Gustavo Valadares, relator - Duarte Bechir.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 6/6/2012

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, peço a palavra, com fundamento no art. 156, IV, para dar explicações pessoais a respeito das imputações do Deputado Sargento Rodrigues feitas a mim, em visita a minha querida Campo Belo, na última semana. Em síntese, na ocasião o Deputado teria afirmado que este parlamentar é inimigo da gloriosa milícia de Tiradentes, a nossa valorosa Polícia Militar, o que não é verdade.

Sr. Presidente, quando assumimos o nosso mandato, fizemos o juramento de cumprir e defender as Constituições, as leis da República e do Estado, bem como desempenhar leal e honradamente o mandato que nos foi confiado pelo povo mineiro. O mandato que me foi outorgado não teve preço de sangue, mas decorreu da confiança angariada ao longo dos anos de serviço público prestado, os quais foram reconhecidos pelo povo mineiro como credencial a nos habilitar para o exercício da representação popular, a ponto de nos eleger para o desempenho deste honroso encargo consubstanciado no mandato de Deputado Estadual.

Nesse sentido, tenho-me esforçado, em todas as circunstâncias, para honrar e dignificar este mandato, sempre atento aos princípios constitucionais e legais, sem mercadejar ilusões, sem transigir com a ilegalidade e, sobretudo, buscando ser leal aos colegas parlamentares, ao povo mineiro, e respeitando, de modo incondicional, as instituições existentes em nosso Estado, entre elas a nossa Polícia Militar, reconhecidamente a melhor do País.

Não por acaso, agora que a PM está a celebrar seus 237 anos, é de nossa autoria o requerimento solicitando que seja destinada a 1ª Parte de reunião ordinária para proceder a homenagem deste Parlamento a essa corporação, que se esmera em transmitir ao povo mineiro a garantia de segurança, de ordem e de tranquilidade, mesmo diante dos crescentes desafios.

Jamais poderia, Sr. Presidente, tolerar qualquer ilação, qualquer imputação, qualquer afirmação mentirosa que colocasse em dúvida o respeito e a consideração que tenho pela PMMG. Sei do esforço de cada policial militar e reconheço o quanto se dedica para fazer da PM mineira um referencial de credibilidade, de honradez e de dignidade em nosso Estado e em todo o Brasil. Reconheço a coragem, a determinação, a bravura, o denodo dos milhares de policiais mineiros, que enfrentam com destemor a criminalidade em todas as suas formas, que interagem com a sociedade mineira em diferentes ações e programas, como o Proerd, que fiz questão de destacar pelo alcance e pela importância de sua proposta, que busca firmar em nossas crianças e adolescentes a convicção de que para as drogas a única resposta é dizer não.

Por isso, Sr. Presidente, senhores parlamentares e Deputado Sargento Rodrigues, quero refutar toda e qualquer insinuação feita em relação a este parlamentar, atribuindo a mim uma postura que não se amolda, em hipótese alguma, à minha conduta, ao meu caráter e ao meu comportamento, lembrando que, segundo preceito regimental inscrito no art. 59, o Deputado que descumprir os deveres decorrentes do mandato ou praticar ato que afete a dignidade da investidura estará sujeito a processo e penalidades previstos neste Regimento. E o § 3º, em seu inciso IV, diz que é incompatível com o decoro parlamentar: “IV - a prática de ofensa à imagem da instituição, à honra ou à dignidade de seus membros”.

Seguramente, Sr. Presidente, as afirmações feitas pelo Deputado Sargento Rodrigues, que me foram dadas a conhecer, são absolutamente ofensivas à dignidade deste parlamentar, na condição de membro deste Parlamento, configurando, portanto, ato incompatível com o decoro parlamentar, a recomendar a adoção das medidas cabíveis, para o que já determinei à assessoria jurídica de nosso gabinete as providências correspondentes.

Quero tão somente, Sr. Presidente, deixar consignado, mais uma vez, o registro do meu respeito, do meu apreço e da minha consideração pela PMMG e por todos aqueles que dignificam essa corporação, certo de que não será nenhuma afirmação leviana que colocará em dúvida a minha postura. Essas são as minhas considerações, esperando que esta Casa dê uma resposta, porque aqui temos

o direito à palavra, à voz e ao voto, e não podemos, sob nenhuma determinação, prejudicar e dizer o que o companheiro na verdade não é, respeitando todas as opiniões desta Casa. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria que o Deputado que me antecedeu acompanhasse o meu pronunciamento. Realmente, eu me equivoquei e quero retificar. Ele não é inimigo da Polícia Militar, é inimigo dos Praças da Polícia Militar. Não é a primeira vez que esse Deputado se manifesta em desfavor dos Praças da Polícia Militar.

E ainda, Presidente, este mesmo Deputado, Duarte Bechir, no primeiro semestre do ano passado, enquanto relator da Proposta de Emenda Constitucional nº 10, que fixava a carga horária dos policiais e dos bombeiros militares de Minas Gerais, esteve em meu gabinete, e gostaria muito de ouvir dele o compromisso que fez comigo: “Deputado, no segundo semestre, faremos uma audiência pública.” E eu lhe disse também: “Deputado, não queremos que o senhor aprove nenhuma proposta. Sei das dificuldades que tenho, como Deputado. Já apresentei e aprovei duas emendas constitucionais com o apoio do governo e desta Casa.” Esse mesmo Deputado, quando solicitado por este que se manifestasse, disse que não poderia fazer sequer uma audiência pública para que pudéssemos chamar aqui os Comandos da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares para discutir.

Esse mesmo Deputado que me antecedeu - Deputado Duarte Bechir - foi o mesmo que hoje se absteve de votar um requerimento, visando à dignidade da pessoa humana, em que solicitamos ao Comando-Geral da Polícia Militar que fixasse uma norma que estabelecesse as 40 horas semanais, diferente da forma como o Comando da Polícia Militar vem tratando as Praças, que é de forma indigna, humilhante e degradante. Por esse motivo, Deputado, eu disse e retifico, realmente, que o senhor não é inimigo da Polícia Militar, mas das Praças, porque em tudo o que tenho apresentado na Comissão de Direitos Humanos, que visa defender a parte mais fraca dentro da instituição, V. Exa. é o primeiro a fazer a defesa dos Coronéis da Polícia Militar. Infelizmente, o que esperaríamos de um Deputado é que houvesse senso de justiça. Senso de justiça é, pelo menos, permitir um debate em uma audiência pública, o que V. Exa. não vem fazendo. V. Exa., até mesmo, impediu a votação de um requerimento para chamar aqui o Secretário de Defesa Social. Foi esse mesmo Deputado que, há um ano, visitou junto com a Comissão de Segurança Pública, o Agente Penitenciário Wandrew Schwenck, que ficou paraplégico devido a um tiro que levou nas costas quando estava trabalhando. Foi esse mesmo Deputado que impediu a votação do requerimento por duas vezes. Será que é isso que é dignidade da pessoa humana? Será que é isso que é ética? Será que é justo? Ou seja, convocar aqui um Secretário não pode; chamar aqui um Coronel para prestar esclarecimento, porque apreendera arma de um Sargento de forma ilegal, para esse Deputado não pode. Mas quero me estender e repetir, reiteradas vezes, para que V. Exa. me escute bastante. Este Deputado aqui não se enverga por muito pouco. Este Deputado também, quando disputou a eleição, não foi por ilações, como V. Exa. disse, porque não faço ilação. Eu falo com V. Exa., ao vivo, diante da tribuna, para que todas as Praças da Polícia Militar de Minas Gerais saibam quem é V. Exa.

V. Exa. sequer teve a coragem de votar o requerimento solicitando ao Comando que fixasse uma carga horária digna, que respeitasse a pessoa humana dos Policiais Militares que trabalham dia a dia. E, ainda hoje, na comissão, tivemos a oportunidade de relatar a V. Exa. que o Comando baixou uma norma determinando que os policiais militares façam educação física. Está correto, mas não é saindo de um turno de 6 horas da tarde às 6 horas da manhã que eles conseguirão fazer com que os policiais ajam realmente de forma treinada.

Então, realmente, V. Exa. tem razão. V. Exa. não é inimigo da Polícia Militar, é inimigo das Praças. Mas as Praças da Polícia Militar, em qualquer parte deste Estado e por onde este Deputado andar, saberão que V. Exa. tem votado contra elas e que ainda não cumpriu o compromisso que fez comigo, no meu gabinete, de fazer uma audiência pública, por quê? Porque sofreu pressão do Comando e não quis fazer audiência pública. É isso que tinha a dizer-lhe e estou aqui para ouvi-lo.

O Deputado Fabiano Tolentino – Boa tarde, Presidente Inácio Franco, colegas Deputados, Deputadas, público que nos visita, telespectadores da TV Assembleia. É com muito orgulho que estou aqui hoje. Afinal de contas, na sexta-feira, Divinópolis fez 100 anos. Sentimos orgulho de morar lá e ter sido o Deputado mais votado: 23.500 votos. Esse momento de participação dos 100 anos de uma bela cidade, que é Divinópolis, é único.

Estou muito feliz também por ter recebido a Medalha Alferes Tiradentes da Polícia Militar, que é a maior homenagem da corporação. Fui destacado pelo Comandante Eduardo e pelo Comandante Júlio diante do trabalho que realizo na segurança, buscando melhorias e auxiliando a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil, a quem agradeço. Muito obrigado a todos os que apoiaram o nosso nome.

Nesse centenário de Divinópolis, gostaria de dizer que quem acredita no futuro honra o passado. Com essa frase, inicio o meu discurso. Honrar o passado é conseguir planejar o futuro, respeitando as tradições de uma comunidade que construiu com esforço a sua cultura, os seus costumes e hoje luta para mantê-los. Essa é a nossa Divinópolis. Minha função é desempenhar o papel de representante público perante o Estado, atento às melhorias de trabalho na nossa cidade. Com esse intuito, estou aqui hoje para prestar contas desse período de um ano e quatro meses de mandato aqui, na Assembleia Legislativa. São várias as ações que fizemos para Divinópolis, presenteando-a no seu centenário. Iniciamos pelo esporte. Fui Secretário Municipal de Esporte e já consegui levar R\$520.000,00 por meio de emendas parlamentares. Numa cidade onde se pratica esporte, há saúde em primeiro lugar. Essa é a nossa premissa. O esporte resgata a parte saudável. Sem ele, teríamos aumento significativo nos gastos com a saúde. Acreditamos muito nessa atividade como forma de prevenção de doenças. Assinamos ontem contrato, juntamente com o Prefeito Vladimir, para ampliar a pista de “skate” do Parque da Ilha, construída por R\$100.000,00 no mandato do Prefeito Demétrius Pereira, de quem fui Secretário; fizemos academias populares no Buritis, comunidade rural, e faremos outras em Ermida; inauguramos ontem uma academia popular no Parque da Ilha, local fantástico. Parabéns, Secretário Pedro Coelho, que concluiu uma grande obra nesse local, iniciada por nós. Além disso, compramos materiais esportivos pela Liga 20 Mil; reformaremos a quadra do Planalto, o campo do Jusa Fonseca, a quadra do Amadeu Lacerda – que é uma comunidade rural - e a quadra do Djalma Dutra. Conseguimos R\$70.000,00 em emendas para a reforma e a pintura do DTC – obtivemos a cessão de uso desse clube, que é estadual, para a Prefeitura. Podemos investir nesse local onde as crianças e os jovens fazem natação, jogam “handball”, futebol e outras atividades. Portanto é muito importante para Divinópolis. Também reformamos as quadras do Parque da Ilha; faremos a iluminação de dois campos, juntamente com a Cemig;



faremos eventos esportivos, com R\$30.000,00 de emendas; compramos tatame para o judô, atividade que julgamos importante ser resgatada. Enfim, conseguimos R\$520.000,00 para o esporte por meio de nossas emendas parlamentares.

Na área de assistência social, fui defensor, quando era Vereador, da política pública de assistência social. Em um ano e quatro meses de mandato, já conseguimos R\$305.000,00 para vários projetos: Vila de Nazaré, Projeto Crescer, Casa de Assistência ao Menor Divina Luz, Acccom, Apae, Associação Imaculada Conceição, Associação dos Moradores Candelária, Casa de Apoio ao Drogado, que é a Casa Dia, Comunidade Servos da Cruz, Movimento Unificado Negro, Obras Assistenciais São Vicente de Paulo, Sociedade dos Surdos de Divinópolis, Projeto Somos Amados. Também conseguimos R\$25.000,00 para comprar mobiliário para os abrigos municipais, por intermédio do Secretário Paulo dos Prazeres.

Na educação, foram mais de R\$1.000.000,00 de recursos, entre eles, recursos do Estado e de nossas emendas. Das nossas emendas foram: construção da quadra na Escola Municipal Antonieta Fonseca, no valor de R\$75.000,00; cobertura da quadra na escola Sidney José de Oliveira, no valor de R\$70.000,00; aquisição de veículo para a faculdade Funedi-Uemg, no valor de R\$25.000,00; compra de mobiliários para as Escolas São Francisco de Paula, Antônio Gonçalves Matos, Lauro Epifânio, Nossa Senhora do Sagrado Coração de Jesus e Antônio da Costa Pereira. Todas emendas do Deputado Fabiano Tolentino. O governo do Estado de Minas Gerais também conseguiu ajudar nas reformas e compras de mobiliários com valor aproximado de R\$800.000,00. Então, mais de R\$1.000.000,00 foram investidos na educação nesse 1 ano e 4 meses, principalmente nas escolas. Temos um projeto para o ano que vem para que possamos também reformar algumas quadras das escolas públicas estaduais, juntamente com emendas nossas e o apoio da Secretária Ana Lúcia Gazzola. Entendo que esse projeto seja essencial porque realmente as quadras estão necessitadas de uma reforma para melhorar ainda mais o esporte para os estudantes.

Na saúde foram mais de R\$3.000.000,00. Na segunda-feira, em reunião com o Secretário Antônio Jorge e toda equipe do Hospital São João de Deus, conseguimos resgatar também os R\$2.000.000,00 para ampliação do CTI, tanto adulto quanto infantil, do Hospital São João de Deus; e mais R\$300.000,00 das minhas emendas que tinha ficado por falta de documentação do hospital. Devido à necessidade de urgência do hospital em receber esse recurso, o Secretário Antônio Jorge também ajustará para que ele possa estar recebendo. Além disso, uma ambulância para a Prefeitura de Divinópolis e R\$3.250.000,00 para a construção da UPA, que será inaugurada no dia 5 de julho também neste ano, no centenário de Divinópolis. Então ficamos felizes em poder estar ajudando a saúde, o esporte e assistência social.

Mas não paramos por aí. Ajudamos o agronegócio também, com R\$675.000,00. Temos a bandeira da agricultura, sabemos a importância dela e trabalhamos nas ações, juntamente com o Prefeito Vladimir, para estruturar as estradas rurais. Inclusive, o Secretário Paulo Mário está fazendo um trabalho espetacular. São R\$450.000,00 do governo do Estado, juntamente com o nosso apoio, que foram investidos nas obras das estradas rurais. Também investimos com as nossas emendas parlamentares: R\$200.000,00 para calçamento nas comunidades rurais. É importante a valorização da comunidade rural e melhorias às pessoas que ali moram. Portanto, é importante trabalharmos também na questão de calçamento, melhorando também os Distritos rurais. Foram destinados R\$25.000,00 para a compra de um veículo para que a Prefeitura possa ir às comunidades com maior acesso, trabalhando, assim, junto com as pessoas que moram na zona rural. Portanto, foram R\$225.000,00 de emendas e R\$450.000,00 de apoio do governo do Estado.

Na cultura foram R\$145.000,00 de recursos. Cultura é a base de uma comunidade mais desenvolvida socialmente, e é nisso que acreditamos. Acreditamos muito no esporte e na cultura como base até para diminuição da criminalidade e também para ajustar esse custo excessivo que temos com a saúde. Afinal, cidade que tem cultura automaticamente tem saúde intelectual, que é muito importante. Cidade que tem esporte, tem saúde física. Sendo assim, passamos a ter uma saúde mental e uma saúde física automaticamente e diminuimos os custos com hospitais e com a saúde. Então foram R\$145.000,00 investidos na cultura. Todas essas ações foram feitas em 1 ano e 4 meses de mandato deste Deputado. Foram destinados R\$80.000,00 para realização de eventos culturais; R\$25.000,00 para compra de vestimentas para o Reinado; R\$20.000,00 para compra de instrumentos musicais para o Reinado; e R\$20.000,00 para compra de instrumentos musicais para o projeto Arte e Educação. É um projeto fantástico, que agora ganhou um prêmio reconhecido mundialmente como grande projeto social feito por Divinópolis pela Lenir de Castro e toda a sua equipe. Parabéns a Lenir que realmente se empenha muito. Quando eu era Secretário, já estávamos juntos nesse projeto. Fui a todas as apresentações e sei a importância de trabalhar os jovens na cultura, com lazer de qualidade. Portanto, também estamos investindo na cultura em Divinópolis.

Na infraestrutura foram R\$1.800.000,00 investidos. Entre os investimentos, R\$1.200.000,00 provenientes da verba estadual. Fomos até o Governador Antonio Anastasia, que liberou esse recurso para a construção do trevo do Bairro Icarai, essencial para Divinópolis. Ali se encontra o nosso centro industrial, que precisa de reforma. O nosso Governador, juntamente com o Secretário Carlos Melles, cedeu-nos R\$1.200.000,00 para fazermos esse trevo tão essencial para Divinópolis e, assim, resolvermos o problema crônico do centro industrial. Além disso, R\$350.000,00 são para reforma e ampliação do aeroporto. Na sexta-feira, inauguramos a parte dos passageiros, junto com o Vice-Governador Alberto Pinto Coelho. Agradeço muito ao Vice-Governador, que foi a Divinópolis participar do centenário da nossa cidade e, na oportunidade, também falou das ações do governo para a nossa cidade.

Inauguramos o aeroporto, o Vice-Governador Alberto Pinto Coelho foi o primeiro passageiro e deixou um escrito bastante emblemático para o dia, a fim de lembrarmos sempre daquele momento em que estávamos presentes como Deputados, com muito orgulho. Então, foram 350 mil investidos pelo governo do Estado e 300 mil de nossas emendas parlamentares para fazermos calçamento tanto na zona rural quanto na área urbana.

Ficamos felizes de cumprir um trabalho. Estamos aqui há pouco tempo, Deputado Rogério Correia, mas já temos muitas ações para apresentar. Tirando Divinópolis, há várias ações fora daquela cidade. Já estou ajudando 54 cidades com emendas parlamentares.

Como é o centenário de Divinópolis, não poderia deixar de, neste momento, agradecer aos Secretários e aos Prefeitos Vladimir e Demetrius - fui Secretário dele e, por isso, talvez ele esteja aqui neste momento. Levo esse presente para Divinópolis no centenário.



O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Obrigado, Deputado Fabiano Tolentino. Quero apenas parabenizar V. Exa. pelo trabalho que vem fazendo, pelo carinho com que cuida de nossa Divinópolis, que comemora agora seu centenário. V. Exa. tem dedicado, e todos somos testemunhas disso, grande parte de seu tempo para aquela cidade e para aquele povo tão querido.

Tenho também com Divinópolis uma relação antiga de militância política na construção da Central Única dos Trabalhadores. Fui amigo do Beto, que, na época, era Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e depois foi para Brasília ajudar no governo do Presidente Lula - ele foi Vereador na cidade. Fui também muito amigo do falecido Celso Aquino, um combatente contra o regime militar, que esteve preso, foi muito torturado. Ele me levou pela primeira vez para discutir política em Divinópolis e para montar o PT. Tenho muita gratidão tanto pelo Celso Aquino quanto pelo povo de Divinópolis. A Heloísa, viúva do Celso Aquino, também advogada - ela se formou -, é ainda minha eleitora e companheira lá, assim como outros que se dedicam às lutas política e social.

Todos testemunham que V. Exa., Deputado Fabiano Tolentino, tem com Divinópolis um comportamento exemplar como Deputado. Então, quero parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo e desejar também a Divinópolis um centenário cheio de alegrias e de obras, de que V. Exa. vem cuidando bem. Muito obrigado.

O Deputado Fabiano Tolentino - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. V. Exa. também faz um trabalho excelente nesta Casa, sempre combativo, mostrando as realidades e trabalhando também em prol de uma Minas Gerais ainda melhor.

Gostaria, neste momento, de convidar todos os Deputados aqui presentes para estarem conosco, amanhã, no Parque da Gameleira. Afinal de contas, temos um projeto ousado, bom para aquele parque: a sua reforma e a construção também de um hotel, o que aumentará o centro de convenção, mas manterá o lado rural.

A nossa briga juntamente com as associações é para que, no Parque da Gameleira - Parque de Exposições Bolivar de Andrade -, seja mantido o nosso lado rural. Sou Vice-Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial desta Casa, o Deputado Antônio Carlos Arantes aqui já esteve e estará amanhã conosco também, a partir das 16 horas, para fazermos um ato público bem feito, trazendo todos os nossos animais, seja o gado, sejam os cavalos, para a pista. Ali faremos uma manifestação para que o Parque da Gameleira realmente seja reestruturado e que seja preservado o lado rural de que tanto gostamos.

Sou criador de cavalo da raça campolina há 30 anos, sou árbitro dessa raça, já dormi naquele parque, já fiquei por lá. Realmente gosto muito daquele parque, sei da necessidade dele para o produtor rural e para a agricultura mineira, sei da importância de um parque no centro da Capital e a importância de nós, criadores, levarmos nossos produtos para serem vistos por todo o Brasil no Parque da Gameleira.

Então, acho essencial mantermos o parque e a sua estrutura rural, melhorando-o, sim, mas de forma que o produtor também tenha seus momentos e traga seus produtos. Esse ato será feito amanhã, às 16 horas, com a união de todas as raças.

Gostaria de agradecer muito ao Virgílio Villefort, Vice-Presidente da Guzerá; ao Osvaldo Diniz e ao Emir Cadar, da Campolina. Todas as raças - o mangalarga, o gir, o nelore - estarão unidas neste ato para mostrarmos a força do produtor e a força de Minas Gerais quando se fala em agricultura e agronegócio.

Acredito que só assim poderemos mostrar que merecemos um parque melhor ainda do que o da Gameleira, mas que continue preservada toda a sua essência.

Agradecemos ao Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, ao Secretário Elmiro Nascimento, que estará conosco lá, pronunciando-se não só sobre a melhoria como também sobre a manutenção daquele espaço para o produtor, que é essencial, porque precisamos dele.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Parabéns, Divinópolis, pelo centenário. Pode contar sempre com o Deputado Fabiano Tolentino, que estarei sempre à disposição para servir da melhor forma possível a nossa querida cidade, a Princesinha do Oeste.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Meu caro Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, no início desta reunião fiz uma questão de ordem. Para os que não puderam acompanhar, reclamei da postura do Deputado Sargento Rodrigues na semana passada, quando visitou a cidade de Campo Belo. Lá fui Vereador, presidi a Câmara Municipal, fui Prefeito, é onde moram minha mãe, meus irmãos e toda a minha família. Tive na cidade mais de 60% dos votos válidos e tenho um carinho muito especial pela população.

Quando cheguei, no domingo pela manhã, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Adailton Teodoro, perplexo, procurou-me dizendo que não acreditava no que ouviu na semana na Câmara Municipal. Perguntei-lhe o que teria ouvido, e ele me disse: "O Deputado Sargento Rodrigues esteve aqui e disse aos praças aposentados que o senhor é inimigo da Polícia Militar".

Fiz a questão de ordem e estou trazendo as testemunhas para que, dentro da Casa, com base no nosso Regimento, sejam tomadas as providências cabíveis. Se as pessoas de lá que ouviram vierem aqui comprovar que isso de fato ocorreu na minha cidade, quero as providências prescritas no Regimento Interno.

Não estou falando alto. Não grito. O meu escudo não é à prova de bala. O meu escudo são as Constituições da República, a Estadual e o Regimento Interno. Nenhuma bala vai-me perfurar, nada vai-me acontecer enquanto eu estiver sendo defeso pelas Constituições. É só o que eu quero. Se falar alto, gritando nesta Casa, depois da minha palavra, for atitude de defesa, que o faça, então, depois das minhas palavras.

Quero reportar-me aos telespectadores, aos Deputados aqui presentes, quero suscitar, no momento correto, o depoimento dos Deputados Rômulo Viegas e do Líder do Governo, Deputado Bonifácio Mourão. Fui designado relator de uma proposta de emenda à Constituição do Estado apresentada pelo Deputado Sargento Rodrigues. Nela se pedia que horas extras fossem concedidas à Polícia Militar. Está gravado. Estou dizendo para ficar transcrito e porque quero uma cópia. A proposta do Deputado Sargento Rodrigues pedia hora extra para a Polícia Militar.

Quero que nossa assessoria traga novamente qual foi o parecer dela quanto à legalidade do pedido do Deputado Sargento Rodrigues. Qual foi? Estou aqui para dizer: ilegal, inconstitucional. Não poderia ser pedida como matéria do Deputado Sargento Rodrigues. É indefeso dizer que ele poderia ser autor da proposta de emenda à Constituição. Se ele o fez, e não sabia, quero dar as



explicações. Os Deputados Mourão e Rômulo Viegas estavam conosco na Liderança do Governo nesta Casa. Eu chamei o Deputado Sargento Rodrigues e lhe disse: “Não vou poder, Sargento, realizar uma audiência pública, chamar a Polícia Militar. Para V. Exa. pedir as horas extras e eu ter, de antemão, de dizer-lhes que é inconstitucional. V. Exa. vai ficar muito bem com a polícia. Eles vão achar que o pedido é legal. E eu, como Deputado Estadual, relator, terei de dizer que é ilegal. V. Exa. ganha os aplausos, o Deputado Duarte ganha vaias. Sargento Rodrigues, não podemos trazer para esta Casa assuntos que são ilegais, inconstitucionais. Estou com o parecer.”

A resposta do Deputado Sargento Rodrigues naquele instante foi perguntar, segurando em meu braço, se eu o chamei ali para isso. Eu disse que sim, que era a minha obrigação. Ele falou, então: “Nesta Casa, o que parece ser não é parecer”. Estão aqui os Deputados Bonifácio Mourão e Rômulo Viegas, que podem confirmar. “O que parece ser não é parecer.” Eu disse ao Sargento que não posso chamar os policiais militares a esta Casa para discutir sobre hora extra, se sei de antemão que o pedido de S. Exa. é inconstitucional. É inegável que V. Exa. é o defensor número um da Polícia Militar, mas a proposta de emenda à Constituição que V. Exa. apresenta não tem amparo, não pode ser. Topo ajudar qualquer Deputado que queira a minha ajuda, mas não vou me colocar na fritura para um Deputado receber aplausos, e eu as vaias. Eu vou me colocar em dificuldade enquanto o outro é aplaudido, Sargento Rodrigues? Nesta Casa trabalhamos amparados pelas Constituições.

Sr. Presidente, por favor, peço que faça constar em ata, que se junte à minha fala o parecer sobre a proposta de emenda à Constituição do Deputado Sargento Rodrigues, que pede a hora extra para a Polícia Militar. O parecer não está aqui agora – pedi que ele fosse providenciado, mas não chegou a tempo -, mas quero que ele seja juntado à minha fala.

Então, Presidente, foi tão somente isso o que aconteceu. Desse dia para cá, o Sargento Rodrigues passou a não me cumprimentar e a me tratar com indiferença. Passo de um lado, ele finge que não me vê; passo de outro, ele não me cumprimenta. Já que estamos tratando de coisa pública, quero perguntar o que fiz de errado. Para agradar o Sargento, minha decisão de relator seria dizer: traga a Polícia Militar à Assembleia, Sargento; vamos votar a proposta de emenda à Constituição no auditório. Aí, V. Exa., como um Deputado da Polícia Militar, vai dizer à patrulha que está apresentando a PEC que está pedindo hora extra; depois, que se dane o relator, se este disser que é inconstitucional.

Não podemos fazer isso. Não quero colocar um colega Deputado em dificuldades para tirar proveito próprio. Não posso fazer isso com um companheiro, e nunca fiz. Não posso ganhar voto com o sofrimento do meu companheiro. Não posso me tornar ídolo, querido e respeitado com o sofrimento do companheiro. Não podemos fazer isso um com o outro. Nosso propósito é engrandecer Minas Gerais, é trabalhar por Minas Gerais. Brigo e luto muito, todos os finais de semana vou às bases, mas nunca levei às bases algo que não pudesse ser concretizado. Nunca. Minha votação foi de 21 para 50 mil em menos de dois anos em função do meu trabalho. Todo mundo tem condição de fazer um bom trabalho e ser eleito sem precisar destruir um companheiro nesta Casa.

Quero que conste em ata a participação dos Deputados Rômulo Viegas e Bonifácio Mourão nessa reunião. De lá para cá, o Deputado Sargento Rodrigues tem-me hostilizado, chegando ao ponto de, em Campo Belo, onde estive nesta semana, dizer a Vereadores e Secretários Municipais que este Deputado é inimigo da Polícia Militar. Hoje, em vez de reconhecer que extrapolou, disse que falou errado, mesmo, que o certo seria dizer “V. Exa. é inimigo dos Praças, para quem não quer dar hora extra”. Eu não quero dar hora extra? Se eu pudesse, eu o faria. Mas eu não rasgaria a Constituição, não descumpriria a Constituição. Sofro e vou pagar o preço que for por honrar as Constituições e o Regimento Interno. Se isso me custar o mandato, volto para casa. Se isso me custar minha segurança, não tem problema. Não tenho inimizades e não sou perseguido por ninguém. Nunca fui assaltado, embora meus caminhos facilitem que eu seja seguido: saio desta Casa e vou para a minha casa, no Bairro Calafate; saio de lá e venho para cá. Daqui, vou trabalhar no interior. Então, se isso me custar qualquer que seja dos males, estou preparado.

O que não posso admitir – lembrando que o Deputado Sargento Rodrigues vai falar depois de mim – é que eu pague por algo que não é de minha decisão. Não posso pagar esse preço. Não posso pagar esse preço. Quando o Deputado teve a chance de dizer que, realmente, Deputado João Leite, talvez tenha sido infelicidade dizer que sou inimigo da polícia, ele disse que queria corrigir e que o certo é dizer que sou inimigo dos Praças.

Temos notado que o trabalho do Deputado Sargento Rodrigues é diretamente ligado aos Praças, contrário aos Oficiais, em todo instante. E pergunto: se formos para uma eleição de Deputado, quantos votos há de Oficiais e quantos de Praças em Minas Gerais? Se a minha opção correta fosse defender um ou outro, se eu fizesse por voto, eu brigaria pelos Praças, por voto; se eu fizesse pela legalidade, conforme eu ajo, eu brigaria pelos dois, na mesma intensidade, embasado nas leis.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Duarte Bechir, quero lamentar o que estamos acompanhando nesta tarde e o desgosto que V. Exa. passou na sua terra. Quero deixar o meu testemunho da sua presença na Assembleia Legislativa, uma presença de muito trabalho, com muita seriedade. Tenho o maior respeito por V. Exa. e sei que V. Exa. tem-se pautado por decisões sérias nesta Casa, seguindo o Regimento Interno. Temos por V. Exa., hoje um líder nesta Casa, o maior respeito. Queremos registrar o nosso apoio a V. Exa., o nosso lamento por um parlamentar passar por isso na sua própria cidade. Conte com a nossa presença e o nosso apoio. Sabemos que V. Exa. está nesta Casa em defesa da população mineira, em defesa de todos, que tem dado permanentemente exemplo de tudo o que eu disse. Acompanhamos os fatos e lamentamos esse momento delicado.

Imagino o que V. Exa. e sua família estão vivendo em Campo Belo neste momento. Mas que Campo Belo saiba que tem um representante digno nesta Casa, trabalhador, que tem dado mostras de responsabilidade e comprometimento com o povo de Minas Gerais.

O Deputado Duarte Bechir - Deputado João Leite, quero suscitar a lembrança de V. Exa., no final do ano passado, quando fui relator do projeto que organizou a remuneração dos profissionais da educação. A tribuna estava lotada, caíam moedas e papéis na minha cabeça, e mesmo assim eu li todo o relatório, com orgulho. E não tenho arrependimento.

Domingo foi dia da cidade de Perdões, e havia lá uma faixa: “Deputado traidor da educação: Duarte Bechir”. Meu nome estava lá na cidade de Perdões. Eu pago por tudo que faço, ou seja, até que as pessoas reconheçam a verdade. O que não posso admitir é que um companheiro da Casa, um companheiro seja porta-voz dessa situação. Enquanto sindicato, eu aceito. O sindicato, se tem uma cara política, fará essa cara política, mas por um companheiro, e julgo sermos companheiros de trabalho, na mesma situação, trabalhando



por Minas Gerais, é inadmissível. É inadmissível que um companheiro de trabalho desta Casa possa chegar a uma cidade, principalmente na minha cidade - ainda que fosse qualquer outra -, e dizer que sou inimigo da Polícia Militar.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) – Obrigado, Deputado Duarte Bechir. Também lamento, Deputado, essa discussão, mas sabemos da defesa do Deputado Sargento Rodrigues quanto à Polícia Militar e aos praças. V. Exa. muito bem lembrou que o Deputado Sargento Rodrigues defende e sempre tem lutado em favor dos praças; que às vezes verificamos, sim, em algumas discussões, a dificuldade dele quanto aos Oficiais.

V. Exa., no seu parecer, está de acordo com o Regimento, de acordo com a Constituição. Nem tudo o que apresento, nem tudo que quero é aprovado. Mas há parlamentares que não aceitam ser derrotados nem no Plenário, nem nas comissões. Ele defende essa classe e vai defendê-la sempre, como o Deputado Rogério Correia, que às vezes coloca neste Plenário vários sindicatos para xingar Deputados, como já ocorreu. Então, ele defende determinada classe, mas seria lamentável que eu fosse a uma cidade, a uma praça falar mal do Deputado Rogério Correia. Na minha maneira de ver as coisas, isso não é cabível. Creio que a discussão é feita aqui no Plenário, nas comissões, e que isso vem somente prejudicar.

É aquele negócio, cada um defende um lado, e, se estiver dentro da lei, dentro da Constituição do Estado e da Constituição Federal, nas comissões temáticas o parlamentar tem a oportunidade de colocar a sua opinião e votar os relatórios. São questões regimentais desta Casa. Pelo menos nunca vi isso, é a primeira vez, e lamento. Se fosse em outra cidade, mas, na terra do parlamentar, tentar dizer que é contra... E sei que V. Exa. é favorável à Polícia Militar, assim como o Deputado Sargento Rodrigues também é. Com esse negócio de jogarmos um contra o outro, contra a classe, não chegaremos a lugar algum. Amealharemos simpatia de alguns e ódio de outros, e esse não é o desejo de ninguém.

Então, até para evitar uma discussão maior, gostaria de pedir o encerramento da reunião porque, Sr. Presidente, vejo que esta discussão não se encerrará por agora. Respeitando a fala de V. Exa., Deputado Duarte Bechir, logo após eu gostaria de pedir o encerramento da reunião. Se o Deputado Sargento Rodrigues quiser falar, irei ouvi-lo e falarei também. Então, não pedirei o encerramento, mas acho que o que V. Exas. estão fazendo não contribuirá em nada para o Parlamento.

O Deputado Duarte Bechir – Peço a V. Exa. que retire o pedido de encerramento.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) – Vou retirar porque quero ouvir também o Deputado Sargento Rodrigues. Conselho e água damos quando pedem, e nem V. Exa. nem o Deputado Sargento Rodrigues me pediram conselho. Não sou conselheiro de ninguém, mas só que acho que isso não vale nada. Vejo a defesa ferrenha de algumas classes aqui, mas não podemos colocar um companheiro contra o outro. Vamos trabalhar democraticamente, respeitando a opinião de um e de outro. Então, Sr. Presidente, retire meu pedido de encerramento para que possamos ouvir as duas partes.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, para concluir, quero agradecer a oportunidade e dizer que os embates nesta Casa têm o mesmo intuito de engrandecer Minas Gerais. Às vezes, se tropeçarmos, é preferível levantarmos, termos a dignidade de reconhecer o erro e nos voltarmos para o caminho certo. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, eu até ficaria sossegado na minha cadeira, de onde ouvia o Deputado Duarte Bechir, se não fossem as meias verdades. O Deputado Duarte Bechir apenas se esqueceu de dizer que ele não falou mentira, Deputado Durval Ângelo, que entenderá por que me referi a V. Exa. Ao final do primeiro semestre de 2011, Deputado Bonifácio Mourão, V. Exa. presenciou a conversa, junto com o Deputado Rômulo. Esse moço esteve em meu gabinete, no final de junho, dizendo: “Deputado, já compreendi, atenderei o seu pedido, realizaremos uma audiência pública”. E eu disse: “Deputado, sei que para aprovar uma proposta de emenda à Constituição precisamos de 48 votos a favor. Se o governo não solicitar à base para votar, essa proposta não será aprovada”. Mas não por inconstitucionalidade, Deputado. Talvez, se V. Exa. tivesse chegado uma legislatura antes, tivesse votado duas emendas à Constituição de autoria deste Deputado, inclusive com impacto financeiro. Se V. Exa. tiver o zelo de pegar a Constituição do Estado e verificar a Emenda à Constituição nº 59, verá que ela é de autoria deste Deputado. Essa emenda fez retornar o adicional trintenário dos policiais e bombeiros militares, com impacto financeiro.

Se V. Exa. for um pouco mais adiante, encontrará a Emenda à Constituição nº 77, também de autoria deste Deputado, que reduziu de 35 para 30 anos a aposentadoria dos policiais civis de Minas Gerais. Então, não é por desconhecimento. Mas V. Exa. esqueceu-se de dizer que um compromisso moral está acima até mesmo de qualquer regimento interno, esqueceu-se de dizer que esteve em meu gabinete e disse: “Deputado, realmente V. Exa. tem razão”. A iniciativa do projeto de lei pode ser do Executivo, mas a de emenda à Constituição não, Deputado. A não ser que eu tenha de pegar o meu diploma de bacharel em direito e a minha carteira da OAB e jogar na lata de lixo. Qualquer Deputado aqui pode deflagrar o processo.

Quanto ao parecer, quero dizer a V. Exa. o seguinte: na CCJ, onde estive por um bom período, parecer parece ser. V. Exa. é operador do direito como eu. Aprovamos, nesta Casa, um projeto de lei que tratou da divisão e organização judiciária. Inseri uma emenda onde o projeto de lei exigia curso superior para os Oficiais de Justiça; outro Deputado inseriu, diminuindo o número de habitantes para transformar a comarca em entrância especial. São duas emendas de iniciativa de Deputado. O Tribunal de Justiça manteve o que interessava a ele, mas, no que interessava aos Oficiais de Justiça, arguíram inconstitucionalidade. Parecer, Deputado, continua parecendo ser, dependendo do interesse do governo, nesta Casa.

Se V. Exa. quiser, relatarei outros projetos que eram inconstitucionais, e o governo solicitou à base que os aprovasse, e foram aprovados. Disse a V. Exa. que sabia da dificuldade de aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 10. A minha intenção não era nem o adicional noturno, mas o adicional por hora extra, e V. Exa. sabe disso. Disse isso ao Deputado Rômulo e ao Deputado. Mas é inadmissível, nenhum servidor público deste Estado passa pelo constrangimento e sofrimento de uma carga horária estressante, humilhante e degradante como os policiais militares. Sabe por quê, Deputado? Porque se acostumaram, ao longo de dois séculos e tanto, a criar normas internas. V. Exa. referiu-se, hoje, a regimento próprio. Mas regimento próprio não está acima das normas fundamentais. V. Exa. é operador do direito como eu. Normas fundamentais, Deputado, estão no ápice da pirâmide constitucional,



acima dos direitos e garantias fundamentais. V. Exa. sabe o que são normas fundamentais: é algo que está acima de todo texto constitucional.

Ouvi aqui, Deputado, a companheira, advogada, Ministra Cármen Lúcia dizer desta tribuna, no início do ano passado, que o inciso mais importante do texto constitucional é o inciso III do art. 1º. Sabe sobre o que ele fala, Deputado? Sobre a dignidade da pessoa humana. Policial militar não é Robocop, é homem de carne e osso; bombeiro não é Robocop, é homem de carne e osso. Trabalham, têm esposas e filhos. Por que não estabelecer uma carga horária máxima? Cheguei a suscitar que V. Exa. apresentasse um parecer, dizendo que não tinha impacto financeiro. Se V. Exa. se lembra, talvez a sua memória vai falhar neste momento, V. Exa. disse: “Vamos estabelecer a carga horária máxima por lei” - e podemos, sim - “quanto ao excedente, o comando disciplina para que, no momento de calma, de folga, os policiais trabalhem”. Mas V. Exa. nem sequer cumpriu o acordo com este Deputado. Se V. Exa. quiser, concluo o restante do acordo. Se V. Exa. quiser, falo do restante do acordo. V. Exa. assumiu o acordo de realizar uma audiência pública, em que iríamos chamar o comando e obviamente apertá-lo, perguntar por que publicaram a resolução que define a carga horária mínima, 40 horas. Mas qual é a máxima? Algum Deputado pode dizer qual é a carga horária máxima dos policiais? Não existe, é a vontade deliberada do seu comandante.

É isso que não queríamos permitir, o abuso. E ele acontece, Deputado. V. Exa. tem menos tempo de Casa. Aliás, se V. Exa. não sabe, o objetivo da monografia deste Parlamentar é exatamente se aprofundar sobre quanto o Coronel legisla na Polícia Militar, passando por cima de V. Exa., inclusive, e deste Parlamento, porque acreditam que podem legislar. Há pouco tempo, o Corregedor publicou uma nota de instrução que viola o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, Deputado. Então não tenho nada contra eles, mas contra as ações. Estou aqui como fiscal do Executivo, exercendo minha competência.

Quero dizer mais a V. Exa. Se V. Exa. não se lembra da votação da PEC que estabelecia a carreira jurídica para os oficiais, enquanto o Deputado Doutor Viana presidia a sessão, a interrompemos por sete vezes para haver quórum. Sabe quem suspendeu a reunião por sete vezes? Este Deputado. Aliás, na época, tirei do casamento no civil o meu livro de bancada, Deputado Carlos Pimenta.

Não trabalhamos com divisão, Deputado. Isso ficou no passado, no primeiro mandato. Este Deputado está bastante maduro. Se V. Exa. não sabe, quem bateu o martelo na negociação salarial feita dentro do Clube dos Oficiais com as entidades de classe junto ao governo, junto ao Secretário Danilo de Castro e Alberto Pinto Coelho, aqui, no Palácio da Liberdade, no ano passado, foi este Deputado. E lá não questionávamos se deveríamos aumentar o salário de Soldado a Subtenente ou de Tenente a Coronel. Lá não.

Mas violação de direitos humanos com carga horária estressante, com perseguição? Não aceito isso, Deputado. E não será V. Exa. nem nenhum outro Deputado desta Casa que envergará meio milímetro da minha postura. Da mesma forma como V. Exa. conduz seu mandato com seriedade, me encontrará. Sequer aceito doador de campanha, Deputado, de tão sistemático que sou com o exercício do meu mandato parlamentar. Ser Deputado é receber uma procuração por quatro anos, então devemos estar aqui todos os dias, assim como estou e como também vejo V. Exa. aqui todos os dias.

Mas V. Exa. pode ter certeza de uma coisa: ao votar contrariamente a um requerimento que solicita que o Comando se estabeleça... O Deputado Rômulo estava lá e votou na maior tranquilidade. Quando V. Exa. impede que chamemos aqui o Secretário de Defesa Social para explicar por que um Agente Penitenciário está paraplégico, abandonado pelo Estado... V. Exa. verá.

E aqui quero falar da minha satisfação de ter o Deputado Durval Ângelo como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Ocupei a tribuna e tive debates extremos com ele e me contrapus várias vezes à pessoa dele. Mas quero dizer ao Deputado Durval Ângelo que, se não fosse a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, sob a sua Presidência, talvez o Wandrew Schwenck, paraplégico, não chegasse aqui. O que adianta defendermos salário de Desembargador, conceder aumento salarial para Deputados e servidores de todos os órgãos e deixar o Wandrew Schwenck abandonado? Foi essa crítica que fiz a V. Exa., que interrompeu a votação do requerimento por duas vezes. É dignidade da pessoa humana, Deputado. V. Exa. sabe o que é ser policial, ir à rua, tomar tiro, morrer em serviço? Muitas vezes, Deputado, quando me posiciono, o faço de maneira veemente, mas sempre me posicionarei. E repito: já tive sérios embates com o Deputado Durval Ângelo, mas tudo aquilo que ele assumiu de compromisso comigo ele cumpriu, e não só ele, mas todos os demais Deputados desta Casa.

Então quero dizer a V. Exa. que acordo nesta Casa é para ser cumprido. Se o Líder ou qualquer outro Deputado disser que não cumpri acordo aqui, renuncio ao mandato. Entrego a carta de renúncia agora, mas quero dizer a V. Exa. que o combinado não foi esse. V. Exa. faria uma audiência pública para que o Comando se sensibilizasse e assumisse que o Deputado está com a razão, que esta Casa está com a razão.

Deputado Rogério Correia, imagine que fiz uma pesquisa da legislação relativa a todos os servidores públicos do Estado, e a Polícia Civil tem uma legislação. Deputado Duarte Bechir, se V. Exa. pegar a Lei Complementar nº 84, em seu art. 8º, verificará que a carga horária dos policiais civis de Minas Gerais é de 40 horas semanais. Ai eu pergunto: Deputado Durval Ângelo, será que o policial militar não pode fixar a carga horária? Qual é a cruz que eles carregam? V. Exa. me permita dizer quem faz essas ingerências, no ouvido de Deputados - tenho muita experiência, pois tenho 14 anos de mandato -, são os coronéis da Polícia Militar. Eles vêm a esta Casa falar nos ouvidos dos Deputados. Não é a primeira vez em que isso acontece. Fizeram isso com o Deputado Lafayette de Andrada, com vários Líderes do Governo, com o Deputado Mauri Torres e com o Deputado Luiz Humberto Carneiro. Dizem: “Não votem isso, senão ficarei em dificuldades”. É assim que eles fazem. Deputado, há muito tempo, conheço o jogo deles.

Concedo aparte ao ilustre colega Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que faz em prol da Polícia Militar, em especial dos praças, Soldados e Sargentos. Como V. Exa. foi eleito por essa representação tão importante da sociedade, é evidente que deve representá-la, e o faz com muita dignidade e garra.

Meu mandato tem uma semelhança com o de V. Exa., porque tenho um carinho especial pela minha categoria de professores e trabalhadores da educação. Muitas vezes se faz confusão nesta Casa pela defesa e pela vontade que o governo ou outros setores têm. Mas é preciso compreender a representação, o direito e o dever de cada um ao assumir o seu mandato.



O Deputado Célio Moreira lembrou a questão da educação. É evidente que o sindicato tem autonomia, mas tenho a minha posição favorável, pois conheço e fui sindicalista na educação. Portanto o sindicato tem autonomia. Além disso, é evidente que, se o voto for contrário ao seu interesse, farão alguma coisa, denunciarão. Esse é um direito do sistema democrático. A democracia pressupõe também a participação popular, gostando ou não. Muitas vezes isso causa muita confusão.

O setor do servidor público, seja civil, seja militar, tem muitas demandas não atendidas. Essa é a verdade. E, se não nos colocarmos enfaticamente na defesa deles, as condições que já são ruins piorarão ainda mais. Algumas vezes há uma injustiça com a representação que temos. Prefiro entender o debate dessa forma. Sei que não se trata de nenhuma questão pessoal, independentemente de qual Deputado, mas de uma questão política.

Brincava com o Deputado Rômulo Viegas e dizia que, “em casa em que falta pão, todo o mundo briga e ninguém tem razão”. Como o governo do Estado não trata o servidor público como deveria, às vezes traz para sua própria base um desgaste que os Deputados não merecem, mas, por se tratar de base do governo, acabam assumindo. Eles têm de saber que isso evidentemente acontece em qualquer representação parlamentar.

O Deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, estou encerrando a minha fala. Agradeço ao Deputado Rogério Correia e esclareço o Deputado Duarte Bechir de que conheço demais o Estatuto da Polícia Militar, o Código de Ética, pois fui relator em 1º e 2º turnos, e com profundidade as normas internas. Não seria maluco de tentar estabelecer uma carga horária para que os policiais não prestassem um serviço e ficassem sem comando. De maneira nenhuma faria isso.

Quero dizer a V. Exa. que, se estabelecêssemos um limite de carga horária máxima e o Comando pudesse compensar num momento de folga, ajudaria muito. Quem sabe V. Exa. entenderá a situação e poderá ajudar, porque os policiais precisam muito disso. Não é possível. Todo servidor público tem isso. A PM não é escrava. Encerro aqui minhas palavras, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* – Obrigado, Sr. Presidente, pois todo tempo disponibilizado na tribuna é extremamente importante para fazermos ao povo mineiro o nosso pronunciamento, as nossas discussões e colocações. Nesta quarta-feira, véspera de feriado, temos na Assembleia Legislativa vários colegas que já se pronunciaram.

Quero falar um pouco de uma matéria importante feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea -, órgão fundamental de avaliação da economia brasileira. A Copa do Mundo e a Copa das Confederações estão aí, e, dos 20 principais aeroportos brasileiros, 17 estão em situação crítica. Os investimentos realizados até agora foram extremamente inferiores, e os aeroportos estão trabalhando no seu limite de capacidade. Isso é muito preocupante porque sabemos qual é o fluxo esperado de turistas no Brasil.

Como membro efetivo da Comissão de Turismo, já tivemos oportunidade de fazer várias audiências públicas em diversas cidades mineiras, preocupados com essa situação. A nossa infraestrutura precisa ser readequada e melhorada, assim como a parte hoteleira e as pousadas. Mesmo porque várias cidades mineiras se candidataram para receber as seleções que participarão desse evento mundial em nosso Estado, e já estamos na fase final da escolha dos Municípios que poderão realmente recepcioná-las.

Dessa forma, a população mineira deverá estar atenta a essa necessidade. Primeiro, qualificar a mão de obra, preparando-nos para receber; e a imperiosa urgência de refazer toda a logística no quesito de estradas, aeroportos e portos. Faço um alerta às prefeituras municipais de Minas Gerais. Temos um histórico cultural, religioso e artístico de grande importância, e esperamos que todos os gestores públicos municipais façam um trabalho de embelezamento das cidades e as mantenham mais limpas, para realmente mostrar ao turista que nos visite essa parte rica de Minas Gerais. Somos um dos maiores Estados da Federação, com 853 Municípios, de características regionais descentralizadas e diferenciadas, que, por sua vez, poderão não apenas oferecer o lazer e o futebol, de que todos gostamos, mas sobretudo mostrar a importância de Minas Gerais no cenário brasileiro.

Recentemente, as medidas econômicas tomadas são bastante preocupantes. O excesso de veículos que já transitam pelas ruas e estradas brasileiras é fora do normal. Com essa política de juros baixos para o IPI, mais veículos estarão na praça. O povo está assumindo compromissos impagáveis, e não consigo vê-lo comendo pneu e saboreando arruelas de carro, porque não terá condições de pagar essas dívidas. Esse incentivo ao consumo é pernicioso para a economia, que quer se sustentar com medidas paliativas. Mas isso, Deputado João Leite, será parte de outro pronunciamento, quando dispuser de mais tempo.

Voltando a essa preocupação de que as cidades tenham condições de receber melhor os nossos turistas, há necessidade de melhorar e revigorar as estradas e, como disse no início, os nossos aeroportos. O próprio Ipea demonstra que os aeroportos estão obsoletos, e as soluções apresentadas não são eficientes. Repito: medidas paliativas não levam a lugar nenhum. Lamentamos que o governo federal não tenha mais planejamento econômico para dar sustentabilidade. A Copa do Mundo está chegando aí. Vamos aguardar. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/6/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Elismar Prado

exonerando Waltemones do Nascimento Junior do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Paula Patrícia Safar de Almeida para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

**Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara**

exonerando Paulo Cesar Ildefonso do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Rafael de Oliveira Ildefonso para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Viegas

nomeando Marcos Paulo Andrade Bianchini para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas.

Despachos do Gerente-Geral de Administração de Pessoal**Prorrogação do prazo de posse**

Carolina Schwarz Borgo - Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Jornalista, Área I – Assessor de Imprensa, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 16/06/2012, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83. Deferido.

Maria de Lourdes Tonucci Cerqueira Oliveira - Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor em Direito, Área I – Direito Constitucional e Administrativo, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 16/06/2012, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83. Deferido.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 26/5/2012, na pág. 18, onde se lê:
“Carlos Henrique Albuquerque de Oliveira”, leia-se:
“Carlos Henrique de Oliveira”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 13/6/2012, na pág. 35, onde se lê:
“Bruno Possato Mosqueira”, leia-se:
“Bruno Mosqueira Possato”.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.174/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/6/2012, na pág. 27, onde se lê:
“Sebastião Costa, Presidente e relator”, leia-se:
“Sebastião Costa, Presidente - André Quintão, relator”.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.128/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/6/2012, na pág. 41, na “Conclusão”, insira-se:
“Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.128/2012 na forma apresentada.”